

8 de Junho 2021
Terça-feira
Semanário - Ano 5
Nº 262
Director-Geral
Evaristo Mulaza



"IRREGULARIDADE" NO CADERNO DE ENCARGOS

Concurso do Comércio para a compra de 500 viaturas alvo de protestos

CONTRATAÇÃO. O caderno de encargos do concurso público para o fornecimento de 500 carrinhas para apoio à produção nacional inclui detalhes nas especificações técnicas que a lei proíbe. Concessionárias que falaram ao VALOR desconfiam que se pretenda beneficiar, à partida, um concorrente. Mas o Ministério garante que cumpriu a lei. Pág. 8



OPINIÃO

António Vieira, ex-director da Cobalt Angola

Suspendam o ensino primário por um ano

Pág. 20



MICROCRÉDITO

Sociedades querem abandonar linha gerida pelo FACRA

Pág. 18



LINDO BERNARDO TITO SOBRE O 'CASO LUSSATY'

“Apontar o dedo ao BNA é uma forma de sacudir a água do capote”

Págs. 4 a 6



CÁLCULOS DA AADIC

40% das queixas são contra o imobiliário

Pág. 10



NO MOXICO E HUAMBO

‘Genocídio das abelhas’ trava produção do mel

APICULTURA. Produtores de mel no Huambo e no Moxico garantem ao VALOR que a produção está comprometida nas duas províncias. Uns apontam o dedo a chineses que cometem "genocídio das abelhas" na exploração da madeira. Outros acusam os camponeses e caçadores por causa das queimadas. O Ministério nega as denúncias. Pág. 9

Editorial

PORQUE NÃO ACABAR COM A CASA DE SEGURANÇA DO PR?

Jamais se colocou uma oportunidade tão efectiva para se discutir a necessidade de reformas na Casa de Segurança do Presidente da República como esta que se põe agora. O que João Lourenço fez até hoje, empurrado pelo escândalo do 'caso Lussaty', pode fixar no máximo um ponto de partida. E não mais do que isso. Um começo que será mais ou menos impactante, conforme as mudanças que venham a ser efectuadas ou que venham a ser permitidas ao general Furtado, mas não passará de um começo e a explicação é simples.

As preocupações que se colocam hoje sobre o papel da Casa de Segurança vão além da mera troca de personagens. Não se esgotam também na necessária limpeza de 'fantasmas' e ultrapassam a discussão sobre os fundos públicos que pornograficamente são canalizados e desviados ano após ano dentro do Palácio.

Nos dias que correm, em termos estruturais, levantam-se essencialmente duas questões encadeadas. A primeira tem que ver com a dimensão da estrutura que trata da segurança do Presidente. Até há um certo passado, seriam no mínimo toleráveis as razões que justificavam a presença de um exército paralelo à volta do Presidente. Com o desaparecimento definitivo do espectro de algumas ameaças externas e a consolidação do poder do MPLA sobre a única força militar no país,

os argumentos do passado caíram todos por terra. Nem José Eduardo dos Santos, a partir de certa altura, nem João Lourenço hoje pode afirmar que não confia o suficiente na Polícia ou nas Forças Armadas para lhe fazer a guarda ou parte dela. Afinal, não é preciso mencionar o facto de as elites castrenses, em todos os seus segmentos, serem preenchidas sobretudo por militantes fervorosos do MPLA. Mudanças que conduzissem a um redimensionamento da superestrutura da Casa de Segurança, com a eliminação de unidades que visivelmente se sobrepõem, já teriam um aspecto mais reformista. Mas, ainda assim, esta não seria a mudança estrutural mais importante.

A reforma fundamental que terá de ser operada na Casa de Segurança, em algum futuro, será aquela que for no sentido de a transformar numa instituição com verdadeira vocação republicana. Porque a Casa de Segurança revelou sempre um problema grave de génese: ao invés de ser estruturada como uma força do Estado, foi pensada como um instrumento do Governo para pro-

teger o Presidente da República que fosse presidente do MPLA. É outra das pesadas heranças do sistema de pensamento único e justamente por isso é que são recorrentes as queixas e suspeitas da Oposição quanto ao papel activo da Casa de Segurança na fragilização dos adversários do partido no poder. No fundo, assim como a generalidade das instituições públicas em sectores estratégicos e não só (a exemplo dos serviços de inteligência e da comunicação social pública), a Casa de Segurança do PR é outro reforço entre os instrumentos de preservação do poder do MPLA e do seu Presidente.

Como se vê, para começarmos a falar em reforma, é preciso muito mais do que substituir o Sebastião pelo Furtado. É preciso começar por adequar aquela estrutura às necessidades efectivas de segurança do Presidente. Depois, como passo fundamental, é preciso criar uma agência de segurança estatal que sirva com lealdade o João, o Adalberto ou o Abel. Os de hoje e os de amanhã. Como acontece no mundo dos outros.



Mário Mujetes © VE



FICHA TÉCNICA

Director-Geral: Evaristo Mulaza
Directora-Geral Adjunta: Geralda Embaló

Editor Executivo: César Silveira
Redacção: Edno Pimentel, Emídio Fernando, Isabel Dinis, Guilherme Francisco, Júlio Gomes e Suely de Melo
Fotografia: Mário Mujetes (Editor) e Santos Samuesseca
Secretária de redacção: Rosa Ngola
Paginação: Edvandro Malungo e João Vumbi

Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló
Colaboradores: Cândido Mendes, EY, Mário Paiva e Pedro Narciso
Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda
Tiragem: 00 N° de Registo do MCS: 765/B/15
GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração: Geralda Embaló e Evaristo Mulaza
Assistente da Administração: Geovana Fernandes
Departamento Administrativo: Jessy Ferrão e Nelson Manuel

Departamento Comercial: Geovana Fernandes
Tel.: +244941784790-(1)-(2)
N° de Contribuinte: 5401180721
N° de registo estatístico: 92/82 de 18/10/82
Endereço: Avenida Hoji-Ya-Henda, 127, Marçal, Luanda-Angola; 222 320511 Fax: 222 320514
E-mail: administracao@gem.co.ao; comercial@gem.co.ao

A semana

3 PERGUNTAS A...



DIOGÈNES DE OLIVEIRA,
director-geral da Aniesa

Qual é o plano de acção da Agência Nacional de Inspecção e Segurança Alimentar?

Temos várias metas até 2022, entre as quais a capacitação técnica e profissional dos inspectores, de forma é contínua e permanente. Há outras tarefas porque pretendemos uma entidade robusta que salvaguarde a segurança alimentar e evite danos à economia.

Quantos inspectores entram no plano?

São mais de 630 inspectores a nível nacional. Devemos ter em atenção que a Aniesa é a fusão dos serviços inspectivos da Indústria, Transportes, Comércio, Turismo, Ambiente, Pescas, da Agricultura e da Saúde. Por isso, no nosso exercício diário, encontramos dificuldades que nos tornam cada vez mais activos, criativos e melhor preparados para enfrentar os desafios, como a pandemia que reduz o raio de acção.

Que receitas arrecadaram com a aplicação de multas?

Conseguimos sim obter receitas mas, por essa altura, não posso precisar o valor arrecadado. Digo-lhe apenas que aplicamos 83 multas. Claro que isso representa ganhos financeiros para os cofres do Estado e também para o normal funcionamento deste organismo. Não avanço mais, porque as pessoas fazem muitas contas.

TERÇA - FEIRA

O Presidente da República orienta o seu novo ministro de Estado e chefe da Casa de Segurança a fazer o levantamento e a pôr fim a todos os oficiais 'fantasmas' no seio das forças de defesa e segurança do país.

QUARTA - FEIRA

Anunciado que o programa FRESAN, co-gerido pelo instituto Camões e financiado pela União Europeia, suporta a Campanha de Vacinação Bovina 2021 em três províncias, abrangendo 1,4 milhões de animais, com cerca de 59 mil euros.

QUINTA - FEIRA

O ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, recomenda a EPAL a instalar o novo sistema pré-pago de controlo de venda de água nas girafas aos maiores clientes, como indústrias e hotéis.

SEGUNDA-FEIRA

O Presidente João Lourenço exonera o chefe da sua Casa de Segurança e ministro de Estado, Pedro Sebastião, e em seu lugar nomeia Francisco Pereira Furtado.

SEXTA - FEIRA

BPC anuncia o fim dos problemas no sistema de processamentos e outras operações que impossibilitavam os clientes de efectuar diversas operações, garantindo que 31 balcões do Banco, pelo país, abririam no sábado, das 8 às 12 horas, para atender aos clientes.

SÁBADO

Notícias dão conta que as exportações de petróleo em Angola vão cair em Junho para o valor mais baixo desde pelo menos 2008, com 991 mil barris diários, em resultado da falta de investimento no sector e dos poços em declínio.

DOMINGO

Ensa lança oficialmente o seu novo produto denominado "Ensa Saúde Jovem", na 10.ª Edição da Feira Internacional de Benguela – FIB 2021.



COTAÇÃO



PETRÓLEO RECUA...

O petróleo começou a terça-feira a recuar, mas mantendo o optimismo de recuperação da procura. A referência às vendas angolanas, o Brent, acordou a perder 0,92% para os 70,83 dólares. Já o WTI caiu 0,92% para os 68,59 dólares.



APPLE ANIMA BOLSA...

As acções da gigante tecnológica Apple abriram, terça-feira, a subir 1,9%, com a divulgação de negociações com as chinesas CATL e BYD para o fornecimento de baterias para o seu desejado veículo eléctrico. A Amazon e a Netflix, por sua vez, iniciaram o dia a crescer 0,4% e 1,2%, respectivamente.

Entrevista

LINDO BERNARDO TITO, ECONOMISTA E DEPUTADO

“A culpa de tudo quanto está a acontecer de execução orçamental é do Presidente”

Deputado Lindo Bernardo Tito aponta o dedo a João Lourenço, culpando-o do que está a acontecer com os serviços de segurança. O parlamentar não tem dúvidas de que o Presidente da República não tem pulso e não tem controlo sobre os serviços e compara à postura do ex-Presidente. Em entrevista, Lindo Bernardo Tito alerta que o 'caso Lussati' fragiliza a Presidência da República e o MPLA.



República tem o poder de acompanhar a execução destas despesas. Em outros sistemas, no caso o semi-presidencialista, além do presidente, há o primeiro-ministro. Portanto, são três entidades políticas que acompanham. No nosso caso, teriam de ser duas entidades por ser um sistema presidencialista, seria o Parlamento e o Presidente. Ocorre, porém, que só o Presidente tem poderes. Quem autoriza esta despesa é exclusivamente o Presidente da República.

A outra questão é que a Lei do Orçamento determina que o Presidente deve regulamentar esta despesa, mas não o faz e foi sempre assim ao longo dos anos...

Estou a chegar lá, dei esta volta para chegar até aqui. O Presidente, para executar esta despesa, tem de aprovar um regulamento de execução e do controlo destas despesas e deve publicar por Decreto Presidencial. Tanto ontem como hoje, como não há outra entidade a fazer o equilíbrio, o Presidente não se importa em criar o regulamento ou uma lei específica. São feitas solicitações casuísticas e o Presidente autoriza de acordo com estas solicitações. O Presidente tem faltado ao cumprimento de uma norma, chamo eu, operativa de execução do orçamento. Ele até poderia fazer o seguinte: como depois da aprovação do orçamento, em regra, ele publica em Decreto Presidencial, estabelecendo regras de execução orçamental, deveria colocar neste decreto as regras de execução destas despesas especiais, mas infelizmente exclui isso deste decreto. Portanto, a culpa de tudo quanto está a acontecer de execução orçamental, dos roubos, é do Presidente porque é ele que tem de tomar medidas de controlo, fiscalização e persuasão para não haver violação do orçamento.

Estamos perante uma irregularidade ou uma ilegalidade?

Estamos diante de uma omissão. No Direito, quando temos o dever de tomar uma atitude e não a tomamos, temos responsabilidade. Por exemplo, se um professor de natação ensina crianças a nadar e não as controla e se as crianças entrarem no tanque e se afogarem, a culpa é do professor porque deixou de tomar providências. Neste caso, ao não produzir normas, o Presidente omitiu um procedimento logo a responsabilidade é dele.

Por Isabel Dinis

ligação pode ser feita entre este quadro e o 'caso Major Lussati'?

O Orçamento Geral do Estado reflecte políticas públicas a serem concretizadas durante um exercício financeiro, que corresponde a um ano civil. Depois da aprovação pela Assembleia, passa-se, a partir de 1 de Janeiro, à sua execução, não apenas execução financeira do próprio orçamento, mas também das normas de que o próprio orçamento dispõe. Há des-

pesas que, devido à sua natureza, exigem alguma especificidade. Daí nascem os créditos especiais que são executadas, por exemplo, pelos serviços de segurança. Outros parlamentos ou países atribuem dupla fiscalização destas despesas. Há dois órgãos que tratam disso. Um, o Parlamento,

que cria uma comissão especializada, normalmente constituída de acordo com a representação parlamentar, mas os integrantes são obrigados a manter sigilo, são impostos a assinar um compromisso de sigilo, cuja violação tem uma penalização. Além do Parlamento, também o Presidente da

Os Fundos Financeiros Especiais para a segurança devem ser regulados e fiscalizados pelo Presidente da República, mas ainda não há regulamentação. Que

“Aqui, infelizmente, a nossa Constituição foi de tal maneira elaborada que o indivíduo faz e desfaz, deixa de fazer o que deveria fazer e não é responsabilizado.”

E quais são as consequências possíveis desta situação que caracteriza como uma omissão?

Pela nossa Constituição, o Presidente não responde por esta omissão, mas noutras latitudes esta omissão tem consequências. A primeira consequência é política. Se isto acontecesse em outro país, refiro-me ao 'caso Lussaty', a cabeça do Presidente teria sido arrolada. O Brasil tem mecanismos próprios para responsabilizar o presidente, aliás, vimos todos a questão da Dilma Rousseff. O que provocou o 'impeachment' foi exactamente um comportamento de natureza financeira. Aqui, infelizmente, a nossa Constituição foi de tal maneira elaborada que o indivíduo faz e desfaz, deixa de fazer o que deveria fazer e não é responsabilizado. Só é responsabilizado naquelas questões que eles sabem que são difíceis de ocorrer. Esta é a grande questão no nosso país.

Os deputados não terão também uma quota-parte na culpa, visto que esta regulamentação não é feita há vários anos?

Não. Sempre que há um debate parlamentar sobre o orçamento, pelo menos, quando estava no grupo parlamentar da Casa-CE, nunca deixámos de levantar esta questão dos Fundos Especiais por causa exactamente da sua utilização que não obedecia a um controlo de fiscalização ou regras de execução. Houve, por exemplo, no mandato 2012/2017 propostas feitas por nós, escritas, que não foram aceites. A maioria parlamentar não aceitou. Portanto, não posso dizer que, no actual contexto, terá a oposição alguma culpa ou que a oposição deixou de exercer o seu papel, não. O que tenho de dizer é que não tem sido possível a esta oposição fazer valer os seus esforços. Vou dar um exemplo: a tal proposta, que entregámos há quase dois anos, já prevê isso. Ou seja, se aquela lei tivesse sido aprovada, estaríamos a responsabilizar o Presidente da República por violação do estado democrático de direito, porque o estado de direito exige o respeito pela lei. Hoje, pode-se ir por este caminho, porque a Constituição também permite, mas esbarra na maioria qualificada.

Acredita que com o 'caso Lussati' aumentou o conhecimento sobre a necessidade de regulamentação dos fundos especiais? A oposi-



Portanto, a culpa de tudo quanto está a acontecer de execução orçamental, dos roubos, é do Presidente porque é ele que tem de tomar medidas de controlo, fiscalização e persuasão para não haver violação do orçamento.

ção terá mais facilidade de exigir mudanças ou até mesmo outra postura do Presidente e da maioria parlamentar?

A oposição terá mais incentivo para avançar, terá mais legitimidade para exigir, mas não irá conseguir por

causa da maioria que tem o controlo do Parlamento.

E não acredita que este caso possa ter despertado para a necessidade de mudança, mesmo no seio do MPLA?

Haverá vontade de mudar se for esta a perspectiva de abordagem do presidente do MPLA, não é a abordagem da bancada do MPLA. Se o presidente tiver uma outra abordagem, em relação aos Fundos Especiais, então o quadro mudará. Se a vontade da parte do presidente não for nesse sentido, será difícil uma ousadia interna para mudar a situação.

Porquê?

Não quero tirar conclusões precipitadas de que ele conhecia as coisas, sabia das coisas, mas que deixou de agir. Mas posso dizer que autorizava as coisas, tinha a noção dos valores, mas faltava-lhe o controlo. Porque, se a questão do Lussati não chega às redes sociais, acredito que não teria vindo a público.

Perfil

Uma vida no Parlamento

Lindo Bernardo Tito nasceu em Fevereiro de 1969 na Lunda-Norte. Licenciado em Direito pela Universidade Agostinho Neto, é Mestre em Direito. Exerce advocacia e docência. Foi eleito deputado na primeira legislatura pelo PRS, mantendo-se como deputado entre 1992 e 2008. Neste período foi 4.º secretário da Mesa da Assembleia, além de presidente do grupo parlamentar do PRS. Voltou a ser eleito em 2012 e 2017 como independente na lista da coligação Casa-CE. Foi vice-presidente da coligação e também vice-presidente da bancada parlamentar da Casa-CE. Em 2018, no entanto, anunciou o seu auto-afastamento das tarefas ligadas à coligação.

Acredita na vontade do Presidente João Lourenço em ter uma nova abordagem?

Vi quando empossou o novo ministro de Estado e chefe da Casa de Segurança um semblante que não lhe é característico. Não tinha o vigor que tem demonstrado sempre. Tinha um semblante diferente de quem estivesse recolhido com o que aconteceu e, para mim, foi um sinal de que pode fazer alguma coisa. Mas fazer alguma coisa para mim não basta tirar este ou aquele, mas sim adoptar leis estruturantes para a gestão financeira dos Fundos Especiais e tem de haver uma responsabilização ao nível da hierarquia militar. Se isso não acontecer, os outros que entrarem farão o mesmo. E depois, será que há necessidade de ter aquele dinheiro todo para os serviços de informação e segurança de uma única vez?

Continua a justificar-se a dotação que tem sido disponibilizada?

Não. Porque é que não se programa aquele dinheiro todo durante o ano e durante missões específicas fundamentadas com relatórios e o Presidente depois faz um cruzamento da informação? Ele tem condições para cruzar a informação do relatório. Por exemplo, se chegar no relatório que se precisa de X milhões para uma missão no Congo Democrático, no Ruanda ou noutra lugar, ele tem vários serviços de informação, então pode usar a técnica de cruzamento da informação. Parece-me que não foi prudente em fazer estas análises.

Há correntes que defendem que esta falta de fiscalização, ou prudência, é propositada por ser também dos fundos especiais de onde supostamente sai dinheiro para o MPLA garantir vitória nas eleições. Concorda com esta leitura?

Não posso, de forma alguma, olhar para um benefício directo de quem autoriza, mas dizer que é uma clara distração. Pode ter havido falta de prudência.

Falta de prudência quando sabemos que a falta de regulamentação acontece há anos, já era assim, no tempo do anterior PR?

No 'tempo da outra senhora', o outro senhor sabia, tinha controlo do Estado, sabia que aquele dinheiro existia. O que aconte-

Continuação na página 6

Entrevista

Continuação da página 5

ceu é que, a determinada altura, todos se subordinaram a ele, foram obedientes a ele, apesar de, nos últimos anos, já fazem alguma coisa sem ele tomar conhecimento devido à sua idade. Poderia não conhecer tudo, mas conhecia. Só que também era muito inteligente, sabia exactamente lançar as suas pedras de informação e colher as informações e analisava, tinha o controlo do Estado. Por exemplo, nesta questão do dinheiro que foi parar às mãos aquele indivíduo (Major Lussaty) ele poderia ter tomado conhecimento a partir do momento que o dinheiro saiu e chamar quem tivesse o dinheiro e dizer 'você tem aquele dinheiro, vai buscar'. E, muitas vezes, fez isso, segundo sei.

Está a dizer que os casos só não eram públicos?

Exactamente. Agora, os casos são públicos, porque não há controlo do Estado. Quando não se tem o controlo do Estado, muitas vezes, só se dá conta das coisas quando já estão muito fortes e quando estão fortes já não se tem capacidade de controlar. Se tivesse controlo, as coisas ficariam nos bastidores, no 'ouvi dizer' e ponto final. No 'tempo da outra senhora', havia bastidores, mas evitava-se estes escândalos. Ele mandava recolher. Chegava às pessoas e dizia 'você fez isso e aquilo, devolve o dinheiro'. Ele fez isso aos Kopelipas e companhias, nós sabemos disso. Porque? Porque tinha o controlo, eles respeitavam-no e era pessoa querida no seio deles.

O Presidente João Lourenço foi, por exemplo, ministro da Defesa. Não teve tempo para conhecer estes meandros?

Não, porque o ministro da Defesa também tinha uma subordinação. Além de subordinar-se ao Presidente da República, subordinava-se também ao chefe da Casa de Segurança, não tinha o controlo absoluto nem dos serviços de informação militar. Também não tinha o controlo absoluto das Forças Armadas.

Quando diz que José Eduardo dos Santos tinha controlo do Estado não estará perante algum contra-senso, considerando os

Há coisas que me permitem afirmar que, no 'tempo da outra senhora', as coisas aconteciam, mas eram controladas e hoje acontecem e não há controlo do chefe.

O BNA não faz nenhuma operação daquela envergadura sem uma autorização da entidade com o poder de a fazer.

O Presidente tem faltado ao cumprimento de uma norma, chamo eu, operativa de execução do orçamento.



casos que se vão tornando públicos? A PGR, no 'caso Major Lussati', revelou que a prática era de anos anteriores à presidência de João Lourenço...

O dinheiro, em kwanza, que foi apanhado com o Lussati, pelo menos o que sei, é um dinheiro do mês. Ou seja, aquele dinheiro

não é do tempo do José Eduardo dos Santos, é de agora, quer dizer que o descontrolo mais descarado aconteceu neste tempo. Naquele tempo, eles faziam e escondiam. Neste tempo, as coisas foram ficando mais expostas. Há coisas que, devidamente analisadas, me permitem afirmar que,

no 'tempo da outra senhora', as coisas aconteciam, mas eram controladas e hoje acontecem e não há controlo do chefe.

Como olha para o futuro da Casa de Segurança da Presidência da República?

A concentração de poder numa

única pessoa, numa única estrutura política administrativa, facilita o exercício do poder de forma menos correcta possível. Ou seja, há práticas recorrentes que se tornam vícios.

É exagerado pensar que o Presidente está, até certo ponto, exposto?

Está exposto, quando, na sua própria casa, acontecem situações desta natureza. Sem o controlo dele, está maleável. Não temos outra observação a fazer.

Mas seria exagerado pensar, por exemplo, em situações semelhantes a um golpe de Estado ou um golpe partidário, ou seja movimentações no sentido de João Lourenço deixar a liderança do partido?

Os golpes acontecem em países cujas estruturas de fiscalização e as lideranças são fracas. Se as pessoas se aperceberem que a liderança está fraca, é óbvio que é uma reflexão a ser feita, mas acredito que, pelo histórico do País, não há ninguém disposto. Somos pessoas que atravessámos momentos difíceis e estamos todos imbuídos em construir um país melhor.

Na posse do general Furtado, como ministro de estado e chefe da Casa de Segurança, João Lourenço também apontou o dedo ao BNA. Estas instituições, face a estas despesas e pelo seu carácter secreto, perdem alguma margem no seu papel de fiscalizar?

Em relação ao Banco Nacional de Angola, diria que é uma forma de 'sacudir a água do capote'. O BNA não faz nenhuma operação daquela envergadura sem uma autorização da entidade com o poder de a fazer. Ou seja, aquelas operações da utilização dos Fundos Especiais são feitas a partir de uma autorização do Presidente. Esta autorização vai para o Ministério das Finanças a quem se comunica que a despesa será feita de acordo com os Fundos Especiais. O Ministério, por sua vez, manda para o BNA com o formalismo. O BNA recebe, lê os documentos e autoriza. O BNA não tem nada que ver com o que está a acontecer, tecnicamente é uma instituição instrumental. Não é o BNA que autoriza, faz aquilo que as autorizações políticas permitem.

www.bancobic.ae

**A nossa história é feita por
mais de 1.600.000 nomes.**
Seja um deles e entre
na família **BIC**.



16
BANCO
BIC
ANOS

O **Banco BIC** tem crescido ao longo destes **16 anos** pela dedicação e profissionalismo dos colaboradores e de todos os que estão ao nosso lado. Já são mais de **1.600.000** clientes e o sucesso de cada um constrói o nosso sucesso. Por isso, o nosso **obrigado** ao Wilson, ao Pedro, ao João, ao António, à Maria, ao Carlos e a todos os que estão connosco diariamente a **crescer e a fazer o futuro**.



BancoBIC

Crescemos Juntos

Economia/Política

OPERADORES APONTAM “IRREGULARIDADES” NO CADERNO DE ENCARGOS

Concurso público para a compra de viaturas gera protestos

COMÉRCIO. Características exigidas coincidem com um dos modelos da Volkswagen, provocando desconfiança entre os representantes das outras marcas. Acetro escreveu para o Ministério. Em causa a aquisição de 500 viaturas.

Agricultor critica aquisição de viaturas pelo Governo

O presidente da cooperativa agro-pecuária polivalente (Cooperagro), Henrique Simões, critica o processo de aquisição de 500 viaturas pelo Governo, para o escoamento da produção. Defendendo que “poderão ter alguma serventia, argumenta que depois há-de se colocar o problema dos assessorios e da gestão dos meios, entendendo por isso que essa tarefa devia ser agregada aos privados. “Não é o Governo que deve comprar as carrinhas, para distribuí-las aos produtores, mas pode criar mecanismos de facilitação de crédito bancário, por exemplo, que deve ser reembolsado pelos beneficiários”, afirma. “Ao insistir nessa prática, a pirâmide fica invertida, ou seja, o Governo estará ‘lavar numa seara’ reservada ao sector empresarial”, acrescenta.

O Governo justifica que o ‘Plano de apoio aos operadores de transportes de mercadorias do comércio rural’ resulta de um ‘diagnóstico’ do parque automóvel efectuado por técnicos dos pelouros da Economia e Planeamento e da Indústria e Comércio, e pretende “alavancar o aumento da produção nacional e garantir o seu escoamento, através da compra de 500 viaturas de 6,5 toneladas de capacidade de carga que serão vendidas por prestações aos operadores de transporte de mercadorias (OTM) em todo o país.

Cabe ao Ministério da Indústria e Comércio e ao FACRA adquirir as 500 viaturas. Por sua vez, o BDA, com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento, liquida a aquisição, cuja propriedade será titulada pelo FACRA até o beneficiário último pagar todas as prestações.

*Júlio Gomes

Características dos que coincidem com Volkswagen

LOTE 4

Tração: 4x4
Motor: Cummins ISF 3.8 L - 4 Cilindros - Euro III - 165 CV - Torque 600 Nm @ 1100-1700 rpm
Tipo: Robusto (Todo Terreno)
Cambio: Eaton ESO 6106 - 6 Marchas
Caixa de Transferência 4x4: Marmon Herrington MVG 750
Jantes/Pneus: 235/75 R17,5 (Misto)
Freios: Ar - Tambor nas rodas dianteiras e traseiras com ABS + EBD
Entre Eixos: 4.000 mm
Peso em ordem de Marcha (Tara): 3.770 Kilo
Peso Bruto Total . (PBT): 10.700 Kilos
Carga Util + Carroceria: 6.930 Kilos
Tipo de Caixa: Caixa aberta (carga geral)

LOTE 5

Tração: 4x4
Motor: Cummins ISF 3.8 L - 4 Cilindros - Euro III - 165 CV - Torque 600 Nm @ 1100-1700 rpm
Tipo: Robusto (Todo Terreno)
Cambio: Eaton ESO 6106 - 6 Marchas
Caixa de Transferência 4x4: Marmon Herrington MVG 750
Jantes/Pneus: 235/75 R17,5 (Misto)
Freios: Ar - Tambor nas rodas dianteiras e traseiras com ABS + EBD
Distância entre Eixos: 4.000 mm
Peso em ordem de Marcha (Tara): 3.770 Kilos
Peso Bruto Total . (PBT): 10.700 Kilos
Carga Util + Carroceria: 6.930 Kilos
Tipo de Caixa: Caixa fechada isotérmica (carga geral)

três lotes, o Governo prevê investir 4 mil milhões de kwanzas em cada um. No quarto, a previsão de investimento é de 3,6 mil milhões de kwanzas e no quinto 4,4 mil milhões de kwanzas. Quatro lotes correspondem a viaturas de carga em geral e um lote para carroceria furgão frigorífico.



Por César Silveira*

estar “cozinhado” para beneficiar a Volkswagen, marca representada no país pela Asperabras.

Em causa estão as características técnicas apresentadas no caderno de encargos para a aquisição de dois dos cinco lotes previstos que coincidem na plenitude com as do modelo Delivery da Volkswagen.

Segundo o caderno de encargos, as viaturas serão compradas em cinco lotes em um contrato global avaliado em cerca de 20 mil milhões de kwanzas. Nos primeiros

o concurso público do Ministério da Indústria e Comércio para aquisição de 500 viaturas novas do tipo carrinha, para o transporte de mercadorias, está a causar descontentamento no seio de várias concessionárias, por supostamente

A AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO, Gás e Biocombustíveis (ANPG) alargou o prazo de entrega das propostas para as licitações das bacias terrestres do Baixo Congo e do Kwanza, para mais 30 dias. Inicialmente prevista para 9 de Junho, passa agora para 9 de Julho.

DENUNCIAM PRODUTORES DO HUAMBO E MOXICO

Exterminação de abelhas e queimadas escasseiam mel

APICULTURA. Produtores afirmam que o ano passado foi improdutivo e admitem um 2021 pior, se não houver medidas contra o “genocídio das abelhas”. E apontam o dedo à falta de fiscalização das autoridades.

Por Guilherme Francisco

A produção do mel reduziu “drasticamente” no Moxico, o maior produtor do país, e no Huambo, em consequência de “práticas prejudiciais” ao ambiente, levadas a cabo por exploradores de madeira, camponeses e caçadores.

No Moxico, o consultor da marca ‘Mel do Moxico’, Marco António, denuncia a utilização de insecticidas pelos chineses para matar as abelhas antes do abate das árvores. Prática que classifica de “genocídio das abelhas.” As poucas que resistem ao ataque químico “tornam-se improdutivas”.

Em consequência disso, a marca detida pela Cooperativa de Agro-pecuária, Pesca e Apicultura (Coapa), com uma capacidade de processamento de cinco toneladas por dia, no ano passado não teve qualquer produção. Em Fevereiro deste ano, retomou mas contabiliza pouca produção, “fruto de muito esforço”.

Marco António lamenta a falta de “fiscalização rigorosa”, além da inoperância das colmeias modernas, cuja produção é seis vezes acima da tradicional, entregues às cooperativas em 2017. Até ao momento, não produziram qualquer quantidade de mel, pelo que recomenda um estudo no sentido de se apurar o local certo para as colocar. Por este motivo, os produtores ainda dependem em grande



parte das árvores, optando pelos métodos mais tradicionais.

A situação é mais dramática no Huambo. Nesta província, o dono da marca Maxmel, Max Vicente, está há dois anos sem qualquer produção em resultado da estiagem, agravada pelas queimadas provocadas por camponeses e caçadores que “destruíram boa parte das colmeias.” Isso depois de registar colheita de quase três toneladas, em 2018, e duas toneladas, em 2019.

Há dois anos, a empresa não abastece o hipermercado Kero do Huambo e outros, enfrentando o “espinhoso desafio” de não fechar as portas. Já foi obrigada a reduzir de 12 para dois o número de funcionários e luta, desde Outubro do ano passado, para receber financiamento por via Prodesi. “Estamos há dois anos praticamente mortos,

90

Toneladas, produção de mel em 2020, segundo o IDF

tirando de fundos próprios para pagar os funcionários. Os sócios vão continuar a investir para ver se a empresa não morre”, garante Max Vicente, considerando não haver na província fiscais do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF) suficientes para controlar as florestas.

“Lastimável” é como descreve o presidente da Associação de Pro-

dutores de Mel do Huambo, Tiago Luísa, a situação que ocorre no planalto central. “Nos últimos tempos, estamos a enfrentar escassez de mel, o abate de árvores na região centro e leste é uma realidade. Os chineses não se importam com o ambiente, como se vê no Huambo e Moxico, importante para eles é explorar sem se importar com a consequência. Nem se preocupam em plantar”, lamenta.

O líder associativo alerta que as práticas nocivas estão a extinguir várias espécies de abelhas, comprometendo o desempenho dos 20 produtores associados na província. Conjuntamente produziram o ano passado seis toneladas de mel, contra as quase quatro do ano anterior. Ainda assim, considera uma quantidade bastante reduzida de um produto com bastante procura.

Por sua vez, um produtor artesanal no Huambo, que se identifica apenas como António, culpabiliza os camponeses e caçadores pela redução produção de mel. Neste ano, conseguiu colher pouco menos de 40 litros, contra os 60 litros do ano passado.

MEL ANGOLANO EXPORTADO COMO SE FOSSE ZAMBIANO

Compradores zambianos têm adquirido maioritariamente o pouco mel produzido no Moxico e oferecem o dobro do valor pago pelos compradores angolanos. Marco António afirma que certos produtores “fôgem” dos nacionais para ganhar mais, esquecendo-se do “patriotismo”. “O escoamento ilegal para a Zâmbia faz com que nós, Coapa, tenhamos dificuldades de ter o produto como tínhamos antes”, queixa-se.

Os zambianos processam e vendem noutros países sem o rótulo de ter sido produzido em Angola. Marco António assegura que o Ministério da Agricultura sabe do “esquema” que tira o mel de forma ilegal do país.

O director do Instituto de Desenvolvimento Florestal, Simão Zau, nega as denúncias de produtores de que os exploradores de madeira de nacionalidade chinesa estejam a usar insecticidas para exterminar abelhas, antes do abate das árvores. E afasta a possibilidade de a exploração da madeira estar na base da falta de mel no Moxico, referindo que o abate feito por agricultores é maior. Simão Zau recomenda, no entanto, um estudo para se apurar as causas do desaparecimento de abelhas na região leste.

Contrariando as estimativas dos produtores, segundo as quais a produção está a reduzir, Zau cita dados do IDF que estimam que a produção de mel está a crescer. No ano passado, foi de 90 toneladas, correspondente a um crescimento de mais de 50 toneladas, face a 2019. E, com vista a aumentar a produção, Simão Zau explica que está a ser entregue a apicultores colmeias modernas. “Já distribuímos cerca de quatro mil colmeias e formámos mais de 10 mil apicultores tradicionais em novos métodos de produção de mel”, argumenta.

Estimativas da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), divulgadas em 2020, projectavam um crescimento de 110 toneladas na produção anual de mel.

Mercados & Negócios

SECTOR RESPONDE POR 40% DAS RECLAMAÇÕES

Imobiliário lidera queixas à AADIC



Mário Mujetes © VE

CONSUMO. Associação avança que projectos do Estado estão entre os incumpridores. Vice-presidente da Apima atira culpa à falta de regulação do sector.

Por Guilherme Francisco

Com as queixas centradas na demora da entrega de imóveis, o imobiliário lidera a lista dos sectores com mais reclamações pelos consumidores à Associação Angolana dos Direitos dos Consumidores (AADIC).

Jordan Coelho, director adjunto do gabinete jurídico da AADIC, contabiliza em 40% o volume de queixas chegadas à instituição com origem no imobiliário, cabendo o restante aos demais sectores. “Todas as imobiliárias têm problema de prazo”, garante, explicando que existem empresas e projectos habitacionais do Estado que estão há entre oito e 10 anos sem entregar casas aos compradores.

O jurista defende a responsabilização “enérgica” dos incum-

pridores, argumentando com a existência de “uma certa impunidade”. Segundo acusa, muitas empresas, mesmo com a intermediação da AADIC, não levam “com seriedade” os processos, citando como exemplo um processo associado ao Grupo Boa Vida, em que “houve sempre jogo de responsabilização entre a área comercial e jurídica”. O responsável da AADIC sugere, por outro lado, a criação de um tribunal arbitral para a resolução destes conflitos.

Cléber Correia, vice-presidente da Associação dos Profissionais Imobiliários de Angola (Apima) e sócio-gerente da Proimóveis, reconhece a demora prolongada na entrega dos imóveis. E explica que tal se deve ao facto de o sector não estar regulamentado e os profissionais imobiliários não saberem lidar com a inflação. “Quando se tem inflação alta, o imóvel tem de ser indexado a uma moeda externa que seja estável. Se vender as prestações em kwanza, devem ser equi-

MEMORIZE

● O vice-presidente da Associação dos Profissionais Imobiliários de Angola, Cléber Correia, explica que o sector não está regulamentado e os profissionais imobiliários não sabem lidar com a inflação.

valente ao câmbio do dólar ou euro, se consegue acompanhar a subida de preços. Grande parte dos promotores, por não estarem habituados com a inflação, não faz contratos assim, tem de vender três casas para entregar uma”, explica.

O representante dos profissionais imobiliários defende a criação de uma legislação que, entretanto, obrigue à venda de imóveis apenas “quando estiver tudo dentro do previsto”. Desta forma, sublinha, afasta a lavagem de dinheiro no sector. “A partir do momento que se tem o direito de superfície,

o registo de desanexação, os lesados têm como buscar o ressarcimento a partir do património de quem está a vender. O que acontece é que o lesado, quando move acção contra o privado, não obtém sucesso porque o imóvel não tem o registo”, observa.

Pedro Capacaoio e Judith Mateus, profissionais do sector, também atribuem culpa pelos incumprimentos à “desorganização existente no mercado”, face à ausência de regulação, bem como a dificuldade causada pela subida do preço dos materiais e a falta de financiamento. “Tendo em conta a crise instalada desde 2014, o sector imobiliário ficou em queda livre, não há dinheiro nem incentivo por parte do Estado”, nota Pedro Capacaoio.

Judith Mateus acrescenta, por sua vez, a “falta de competência” em questões de gestão financeira por parte dos profissionais imobiliários, sobretudo os estreantes no mercado.



LUANDA

Comissão Administrativa e municípios asseguram limpeza

Os contratos celebrados entre o Governo de Luanda e as operadoras de limpeza e recolha de resíduos sólidos terminam este ano e os serviços passarão a ser assegurados pela Comissão Administrativa da Cidade de Luanda e pelas administrações municipais.

Num despacho, a governadora de Luanda, Joana Lina, anunciou a criação para o efeito de um grupo técnico de acompanhamento, supervisão e garantia de execução dos trabalhos de criação de condições técnicas nos municípios. O grupo deverá elaborar as peças para a formação de novos contratos, com vista ao funcionamento do sistema de limpeza pública e gestão de resíduos sólidos, a partir de 1 de Janeiro de 2022.

Num outro despacho, a governadora determina que a Comissão Administrativa e as administrações municipais, enquanto unidades orçamentais, iniciem os procedimentos e trabalhos técnicos necessários para a elaboração e consolidação da proposta orçamental preliminar do município, até ao dia 31 de Julho. Já a proposta consolidada preliminar da província é remetida ao órgão central responsável pelo OGE até ao dia 31 de Agosto de cada ano.

A TAAG VAI EFECTUAR reajustes na sua programação dos voos com destino a Lisboa a partir de 30 de Maio, passando as ligações de quarta e quinta feiras para quinta e sexta feiras, respectivamente, enquanto os voos de sábado e domingo terão os horários alterados.

PANDEMIA NÃO TRAVOU MOVIMENTAÇÃO NOS PORTOS

Importações marítimas subiram 30% em 2020



COMÉRCIO INTERNACIONAL. Importação de arroz, trigo e carnes congeladas registou baixa e a China foi o mercado preferencial do país.

Por Isabel Dinis

Apesar da pandemia da covid-19 que afecta a economia mundial desde o ano passado, as importações marítimas angolanas registaram um aumento de cerca de 30% em 2020, face ao exercício anterior.

No período, foram transportadas para Angola mais de 7,4 milhões de toneladas de carga diversa, com os sulfatos, alúmenes e o trigo com centeio a destacarem-se entre os produtos mais comprados.

Os dados fazem parte do boletim anual de 2020 do Conselho Nacional de Carregadores (CNC), a que o VALOR teve acesso e que indica a redução da importação de arroz, farinha de trigo e car-

10 Produtos mais importados em 2020

- 1- Sulfato, alúmenes, peroxossulfatos (persulfatos)
- 2- Trigo e mistura de trigo com centeio (Méteil)
- 3- Arroz
- 4- Farinhas de trigo ou de mistura de trigo com centeio (Méteil)
- 5- Açúcares de cana ou de beterraba e sacarose no estado sólido.
- 6- Ladrilhos e placas (lajes) para pavimentação
- 7- Carnes e miudezas, refrigeradas ou congeladas, das aves
- 8- Óleo de palma e respectivas fracções, mesmo refinados
- 9- Grumos, sêmola e pellets, de cereais
- 10- Artigos de matérias têxteis e artigo de uso semelhante



nes congeladas de aves.

Na nota de abertura do relatório, o director geral do CNC, Catarino Pereira, órgão que foi extinto recentemente e substituído pela Agência Reguladora de Certificação de Carga e Logística de Angola (ARC-

CLA), explica que, apesar das limitações impostas pela pandemia, “o sector de transporte de mercadorias por via marítima conseguiu manter-se a níveis de operação aceitáveis, o que enaltece a sua resiliência e importância estratégica”.

Catarino Pereira ressalta ainda que, globalmente, as operações de transporte de mercadorias continuam caracterizadas por um “circuito mais lento comparativamente àquelas ocorridas nas recessões anteriores, fruto de incertezas e fragilidades derivadas do contexto económico”. Mas que, apesar da recessão económica mundial, “os fluxos de carga importada superaram os números de 2019”.

CHINA FOI O PRINCIPAL MERCADO

A China foi o principal mercado, durante o ano passado, procurado por Angola. Foram 848 mil toneladas deste país, o que representa cerca de 11% de carga importada. A Índia foi o segundo mercado com 9% e o Brasil o terceiro com 8%. Tailândia e Portugal ficaram com 6%, na quarta e quinta posições. Esses cinco países foram responsáveis por 35% da origem de carga.

PORTO DE LUANDA LIDERA

O Porto de Luanda continua a ser o responsável pelo maior fluxo de carga, tendo registado 79% de toda a mercadoria que entrou no país via marítima. O Porto do Lobito foi o segundo com maior movimento, com 12%. O do Namibe teve 4%, o de Cabinda 3% e o Porto do Soyo reclamou apenas 1% das mercadorias compradas.

Os portos de Luanda e do Soyo foram os únicos que receberam mais carga no ano passado do que em 2019. Já a Vanmard foi a empresa com maior volume de carga certificada para importação. Foram 10% de toda a carga. A Angolissar, as Grandes Moagens de Angola e a empresa Carrinhos Empreendimentos fazem parte da lista dos que mais importaram neste ano.



NA LUNDA-NORTE

Mina do Luembe só arranca com 30 milhões USD

O início da exploração da mina do Luembe, na Lunda-Norte, depende de um financiamento estimado em 30 milhões de dólares, segundo a Endiama, sócia majoritária no projecto.

A empresa pública de diamantes divide acções na Sociedade Mineira do Luembe com a Hipergesta e está à procura de recursos financeiros para investir na mina, de modo a iniciar a exploração.

No entanto, o PCA da Endiama, José Manuel Ganga Júnior, prevê a entrada em operação ainda este ano, podendo produzir aproximadamente 10 mil quilates mensalmente e gerar 300 postos de trabalho directos e indirectos até 2022.

Com uma área de 127 km², a mina do Luembe tem uma capacidade de tratamento de 680 mil metros cúbicos de minério por ano. A previsão é de aguentar a exploração até 18 anos.

Mercados & Negócios

CONTAS SEM MOVIMENTOS E CLIENTES 'PRESOS' AO BANCO

Clientes do BPC à beira de um ataque de nervos



BANCA. Problemas do banco deixam clientes nervosos. Há quem não consiga movimentar contas sobretudo no final do mês quando 'cai' o salário. Há ameaças de queixas ao Inadec. Banco justifica-se com problemas tecnológicos antigos.

Por Isabel Dinis

Clientes do Banco de Poupança e Crédito (BPC) têm enfrentado, nas últimas semanas, inúmeras dificuldades para levantar dinheiro nos balcões e para usar os cartões de débito, vulgares multicaixas, nos Terminais de Pagamento Automático (TPA).

A situação melhorou ligeiramente durante o último fim de semana, mas ainda permanecem a "sorte" e o "jogo das tentativas", como descrevem alguns clientes, em especial funcionários públicos que se dizem 'amarrados' ao banco.

Por exemplo, há dois meses que Teresa André, professora, enfrenta problemas, precisamente na altura em que 'cai' o salário, tendo já experimentado dificuldades para pagar contas. "Infelizmente, ainda existem pessoas que não conseguem fazer operações. Consegui fazer levantamentos, mas as duas pessoas que me antecederam não", con-

tou ao VALOR, enquanto saía de um multicaixa.

O técnico informático Mateus Simão também sentiu "inúmeros constrangimentos" nos últimos dias. Foi obrigado a recorrer a empréstimos para cobrir algumas despesas e agora vai ter de pagar com juros. "Agora que já consigo movimentar a conta só me resta pagar as dívidas contraídas por esta falha que acontece todos os meses", lamenta.

Mateus Simão pretende fazer uma reclamação formal contra o banco, apesar de afirmar que o Instituto Nacional de Defesa do Consumidor (Inadec) "quase nada faz". Além disso, planeia deixar de ser cliente do BPC, mas sente-se "refém", porque o banco exige o pagamento de uma taxa de 10 mil kwanzas para passar uma declaração de idoneidade.

Uma outra cliente, que não quis ser identificada, também disse ao VALOR que, por causa da dificuldade que teve em usar o cartão, teve de endividar-se para comprar medicamentos e comida. "Não é justo. Vamos ser indemni-

quem tenha deixado de fazer medição, outros de realizar compras e alguns de fazer pagamentos de rendas e de bens básicos.

BPC JUSTIFICA-SE

O BPC reconheceu as dificuldades, justificando-as com as "limitações de processamento e do funcionamento do 'core bancário', por causa da pressão que é exercida sobre a infra-estrutura tecnológica do banco". O director de marketing, José Matoso, em entrevista à TV Zimbo, no final de semana, pediu desculpas aos clientes, prometendo que os constrangimentos seriam ultrapassados na sexta-feira.

Os trabalhos para a solução dos problemas foram concluídos na quinta-feira passada. José Matoso declarou que a situação tem sido "infelizmente recorrente nos últimos anos no BPC" e que isso "deriva de um problema antigo". Matoso explicou que o banco herdou uma infra-estrutura tecnológica antiga, em que, nos períodos de maior pressão como ocorre no final do mês com pagamentos de salários, provoquem alguns problemas técnicos. "O que aconteceu é que estávamos a fazer o fecho de contas do mês no dia 31, que coincidiu com o período de maior pressão, e houve um erro no processamento de dados que fez colapsar o todo o sistema", precisou.

José Matoso garante que a infra-estrutura vai ser substituída totalmente. Até ao final do mês, parte dela será substituída e a restante será até ao início de 2022. "É um processo que leva tempo e estamos a fazer esta migração de forma faseada", explicou.

Em relação aos clientes que solicitaram a mudança de domicílio salarial, José Matoso lembra que o banco "não tem competências nem poder para travar os clientes de mudarem de banco". E declarou ter sido a primeira vez que ouvia falar de clientes impedidos de mudar de domicílio salarial.

MEMORIZE

● **Pelo segundo** mês consecutivo clientes do BPC enfrentam dificuldades na movimentação do dinheiro, depois dos salários serem compensados. Banco explica que situação se deve a antiguidade da infra-estrutura tecnológica, prometendo alterar o quadro nos próximos tempos.

zados? Como vão compensar os clientes? Fui às compras e fiquei armada em Lussaty, fiz já tantas compras e tive de devolver. Não se faz", lamenta. Também ela tentou mudar de domicílio salarial, ou seja, deixar o BPC, mas desistiu depois de o banco ter exigido o pagamento de uma taxa.

Vários clientes também recorreram às redes sociais a contestar o banco. Uns ameaçaram com processos e outros espelharam os problemas que a dificuldade de usar os multicaixas estava a causar. Há

A SONANGOL ALTEROU a data de lançamento da alienação parcial das suas participações em blocos petrolíferos, passando de 11 para 14 de Junho, anunciou a petrolífera em comunicado.



EXERCÍCIO DE 2020

Millennium Atlântico regista recuo de 49% no resultado líquido

O Banco Millennium Atlântico (BMA) terminou o exercício de 2020 com uma queda de 49% no resultado líquido, segundo o último relatório disponibilizado no seu site na internet.

De 30,4 mil milhões em 2019, o resultado caiu para 15,6 mil milhões de kwanzas, queda justificada pelas “implicações adversas” que o contexto gerado pela pandemia em 2020 acarreta para a economia nacional e para o sector bancário em particular, segundo a administração do banco.

Apesar do recuo no lucro, o activo total do banco aumentou 9%, impactado pelo crescimento da base de depósitos de clientes, pela variação cambial dos activos em moeda estrangeira ou a ela indexadas, bem como pelo aumento do “justo valor dos activos financeiros”, como indica o relatório que também dá nota do aumento do passivo em 9%, impulsionado pela variação cambial e comercial dos depósitos.

Ainda segundo o documento, verificou-se uma redução de captação de fundos do mercado monetário na ordem dos 92%.

A carteira de crédito do banco aumentou para 454 mil milhões de kwanzas em dezembro de 2020, um aumento de 3% face ao exercício anterior. Já o crédito malparado subiu para 21,5%, um aumento de 5,78 pontos percentuais.

Os recursos do banco ascenderam a 1.524 mil milhões de kwanzas em Dezembro de 2020, um crescimento de cerca de 23%.

OPERAÇÃO EM ANGOLA ENTRE AS PRIORIDADES

Africell recebe 105 milhões USD em empréstimo

A operadora de telefonia recebeu um financiamento adicional de 105 milhões de dólares para financiar as suas operações em África.

Em comunicado, a empresa que ganhou o concurso como quarta operadora móvel em Angola esclarece que o montante se junta a outros 100 milhões de dólares cedidos em 2019 pela “Development Finance Corporation” (DFC), entidade do governo dos EUA, e renegociado em Maio do corrente ano.

O reforço financeiro tem como objectivo apoiar os planos de crescimento da empresa em África, em particular o início da operação em Angola,

previsto para o final deste ano, assim como tornar sustentável a sua estratégia de longo prazo.

“Com este empréstimo, o nosso grupo empresarial garante a sua estratégia de longo prazo para África, nomeadamente o crescimento das nossas operações e a concretização dos objectivos comerciais que estabelecemos para cada um dos mercados em que já estamos presentes”, afirma o presidente da Comissão Executiva da Africell, Ziad Dalloul, citado no documento dirigido à imprensa.

A Africell ganhou, em Fevereiro deste ano, o concurso público internacional para a quarta licença universal de comunicações móveis em Angola, lançado pelo Governo com o objectivo de contribuir para o maior desenvolvimento

da economia.

Fundada no Líbano, a operadora é administrada a partir da capital britânica. Quando iniciar a operar em Angola, espera empregar 6.500 jovens angolanos, maioritariamente formados na área das Telecomunicações. Opera em países como Serra Leoa, Uganda, República Democrática do Congo e Gâmbia, e conta com mais de 12 milhões de clientes.

Nos últimos cinco anos, angariou 324 milhões de euros de entidades como a agência de investimento norte-americana US International Development Finance Corporation (USIDFC), dos fundos Gemcorp e Helios Investment Partners e da International Financial Corporation, que faz parte do Banco Mundial.



DE JURE

GOVERNO RECEIA A “GRANDE DIMENSÃO FINANCEIRA”

Oposição quer círculo eleitoral na diáspora

PLEITO. Executivo e argumenta que a Proposta inicial já fez um avanço inegável em voltar a considerar universal o exercício do direito de voto para todos os angolanos que residam no país e no exterior.



Por Redacção

A oposição parlamentar defende que se crie um círculo eleitoral na diáspora, no quadro do Projecto de Lei de Revisão Constitucional, em discussão na Assembleia Nacional. Trata-se de um diploma que se assemelha ao que estava consagrado na Lei Constitucional de 1992, em que o referido círculo eleitoral tinha três deputados, dois dos quais em África e um no resto do mundo.

Para a deputada Mihaela Webba, da Unita, à semelhança de outros parlamentares, a sugestão é que, no actual contexto, o círculo eleitoral na diáspora fosse representado por cinco deputados, sendo dois para África, igual número para Europa e um do resto do mundo.

As discussões em relação ao tema relativo aos círculos eleito-

rais foram, no entanto, suspensas, devido a divergências com o Executivo, que remeteu o assunto para consultas nas estruturas competentes.

O ministro de Estado Adão de Almeida discorda da sugestão dos deputados e argumenta que a Proposta inicial já fez um avanço inegável em voltar a considerar universal o exercício do direito de voto para todos os angolanos que residam no país e na diáspora.

Para o também chefe da Casa Civil do Presidente da República, o princípio basilar é a extensão do exercício do direito de voto para todos os cidadãos angolanos, reforçando que a ideia da criação de um círculo eleitoral na diáspora está um pouco ancorada ao princípio de que é o círculo eleitoral da diáspora que representa os cidadãos da diáspora.

“Não é esse o espírito da proposta, mas sim que os 130 deputados eleitos pelo círculo nacional,

que conta também com os votos da diáspora, representem todos angolanos”, defende Almeida, acrescentando que “não precisamos de ter, necessariamente, um círculo eleitoral na diáspora para que os cidadãos que residem fora do país sejam representados pelos deputados”.

De acordo com o dirigente, a aplicação da referida proposta implicaria, também, uma grande dimensão financeira, principalmente sobre a estrutura da campanha eleitoral em si, a gestão de viagens dos deputados.

Os parlamentares, contudo, têm uma visão divergente da do ministro de Estado e argumentam que o exercício da democracia implica necessariamente custos.

MAIS DISCUSSÕES

Durante a plenário desta segunda-feira, os parlamentares apreciaram, também, o artigo 145 sobre inelegibilidade e impedimentos

inelegibilidade com impedimento e vice-versa.

“É uma questão de opção se podemos ter um modelo em que um deputado não precisa de ter ficha limpa, ou seja, termos representantes neste órgão de soberania cidadãos com máculas de registo criminal”, indicou, sublinhando que, “a questão é que, se num país como o nosso, com fortes preocupações de moralização da sociedade, vale a pena termos nos órgãos de soberania cidadãos com registo criminal maculado”.

PARLAMENTO PASSA A INTERPELAR MINISTROS

Os ministros de Estado, ministros e governadores provinciais passarão a ser alvo de interpeleções e audições, pela Assembleia Nacional, mediante prévia solicitação ao Presidente da República, a qual deve conter o conteúdo da diligência.

O pressuposto está previsto no artigo 162 (competências de controlo e fiscalização) do Projecto de Lei de Revisão Constitucional, que já foi apreciado na especialidade.

Os mecanismos de fiscalização não conferem, entretanto, ao Parlamento competências para responsabilizar politicamente o Executivo nem para colocar em causa a sua continuidade em funções.

A fiscalização da Assembleia Nacional sobre o Executivo deve incidir sobre factos ocorridos no período correspondente ao mandato em vigência.

Adão de Almeida indicou que cabe ao Presidente da República receber a solicitação do Parlamento que, por sua vez, decide o ministro que responde perante a AN sobre o tema proposto. E esclarece que a solicitação em causa não tem como objectivo impedir a audição, mas garantir que seja o PR a designar um ministro para ser interpelado pelos deputados conforme o tema.

e sobre a renúncia ao mandato de deputado.

André Mendes de Carvalho, da Casa-CE, defende que alguém que cumpriu a pena e ressarciu o Estado não pode ser penalizado, ou seja, não pode ser impedido de concorrer ao posto de deputado.

Segundo a norma, são inelegíveis a deputados os cidadãos que tenham sido condenados com pena superior a três anos e os que tenham renunciado ao mandato.

Para o deputado Mendes de Carvalho, que defende igualmente a retirada da norma no projecto de Lei de Revisão Constitucional, a renúncia é diferente de abandono de funções, “não é irresponsabilidade, até pode ser um acto de responsabilidade”.

O ministro de Estado e Chefe da Casa Civil do Presidente da República, Adão de Almeida, vê a questão como uma escolha, esclarecendo, entretanto, que o texto Constitucional em vigor confunde



A empatia nos une

SAHAM Angola Seguros torna-se Sanlam

A SAHAM Angola Seguros torna-se Sanlam, integrando a maior instituição financeira não bancária de África. Valendo-se de mais de 100 anos de experiência financeira no mercado Africano e na indústria seguradora, a Sanlam assume o compromisso com os seus parceiros, clientes e colaboradores, de estar sempre presente e caminhar juntos no desenvolvimento de capacidades e estruturas que permitam o crescimento seguro.

Unidos pelos mesmos valores.

 **Sanlam**

Viva com confiança

MOÇAMBIQUE

O escândalo das ‘dívidas ocultas’ e a política de acusação de corrupção ao antecessor

Felipe Nyusi,
presidente
moçambicano



MACROGESTÃO. Em 2016 o FMI deixava Moçambique de castigo, por causa de dívidas ocultadas no orçamento do país e que foram, em parte, para subornos para políticos e banqueiros. Caso complicou-se quando, em tribunal, a empresa que o governo moçambicano processava garantiu que também pagou ao actual presidente do país.

Por Redação

No final do mês passado, um tribunal inglês deu autorização à Prinvest, a companhia de construção naval baseada em Abu Dhabi, do empresário fraco-libanês Iskandar Safa, que está no centro do escândalo das ‘dívidas ocultas’ de Moçambique, para notificar o presidente moçambicano, no âmbito

do processo que opõe o Estado moçambicano à empresa. Este novo desenvolvimento foi visto como uma derrota para a PGR moçambicana que tentava deixar Felipe Nyusi de fora do processo que iniciou na justiça em 2019.

Decorre paralelamente um processo que opõe financiadores, incluindo o banco russo VTB, ao Estado Moçambicano que até agora recusa reconhecer as dívidas que chegam a 2 mil milhões de dólares, alegando que as garantias assinadas pelo anterior executivo não são válidas, porque a Prinvest pagou subornos para conseguir os contratos.

O objectivo do governo

moçambicano, ao intentar a acção na justiça, era tentar anular a dívida e pedir uma indemnização que cubra todas as perdas resultantes do escândalo. O que se seguiu é descrito como uma avalanche de acusações e contra-acusações num caso que remonta a créditos recebidos entre 2013 e 2014 de filiais britânicas dos bancos de investimentos CreditSuisse e VTB em nome das empresas estatais moçambicanas Proindicus, Ematum e MAM em financiamentos destinados à aquisição de barcos de pesca do atum e equipamento e serviços de segurança marítima fornecidos pelas empresas da Prinvest. O

“O objectivo do governo moçambicano, ao intentar a acção na justiça, era tentar anular a dívida e pedir uma indemnização...”

Prinvest e João Lourenço enquanto ministro da Defesa

Além de terem em comum o facto de terem, ambos, subido do Ministério da Defesa para a Presidência das respectivas repúblicas, o presidente moçambicano e o Presidente João Lourenço partilham ligações à Prinvest. “O Ministério da Defesa de Angola chegou a fazer um contrato de 495 milhões de euros para comprar barcos e capacidade de construção marítima à Prinvest, um contrato com aparentes notáveis semelhanças com a ProIndicus e MAM, as empresas que estão no centro do escândalo da dívida oculta de Moçambique”, escrevia o Observador em 2019, acrescentando que “a Simportex – uma empresa do Ministério da Defesa de Angola, e que entrou numa parceria com a Prinvest – assinou dois contratos significativos, no total de 122 milhões de euros, em 2015, com a Finmeccanica, agora chamada Leonardo S.p.A, para aquisições que a Prinvest poderia ter feito ela própria”, segundo documentos citados pela consultora EXX Africa.

O antigo vice-Presidente, Manuel Vicente, terá tido um “papel proeminente” nos acordos entre Angola e a Prinvest, já que terá apresentado o empresário Gabriele Volpi às autoridades moçambicanas, primeiro, e depois entre Jean Boustani e João Lourenço e a Prinvest. “Estas ligações e os negócios feitos arriscam-se a minar o ímpeto muito popular e mediático contra a corrupção, podem também embaraçar os principais líderes políticos angolanos, e colocam riscos reputacionais para os investidores em Angola” escrevia o Observador.

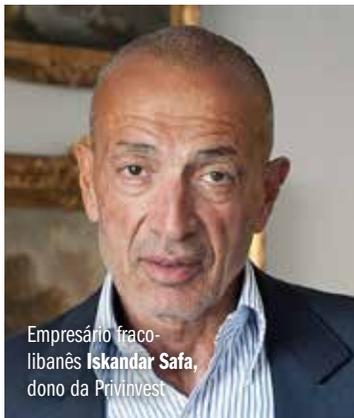
A EXX Africa diz que João Lourenço, enquanto ministro da Defesa, visitou o projeto de Moçambique “enquanto a Prinvest, liderada por Boustani, tentava vender-lhe um pacote semelhante” ao que tinha apresentado a Moçambique” e que em até 2015 foram firmados acordos com valores acima dos 115 milhões de euros para fornecimento de veículos de patrulha e equipamentos diversos.

MEMORIZE

● O governo não quer assumir a dívida com o argumento de que o executivo de Guebuza recebeu luvas para assinar as garantias, pelo que não são válidas. A Prinvest afirma, por sua vez, que, se os dinheiros que assume ter pago a Chang e a Guebuza são luvas, então o actual presidente também recebeu luvas. A Frelimo, na voz de Caifadine Manasse, disse que a Prinvest está a pressionar por causa da acção do Estado moçambicano contra a Prinvest, e que Nyusi, enquanto não era presidente, podia aceitar donativos para a campanha de acordo com a lei moçambicana.

2,2

Mil milhões USD, dívida reclamada mas que Moçambique se recusa a reconhecer



Empresário libanês Iskandar Safa, dono da Prinvest

processo já arrolou o ex-ministro das finanças de Moçambique, Manuel Chang, e outros funcionários públicos moçambicanos, assim como ex-funcionários do CreditSuisse que terão recebido mais de 120 milhões de euros. Os barcos e estruturas pouco pescam e vão enferrujando, tendo pouco para mostrar segundo a Reuters.

No entanto, o objectivo político do actual presidente, ao denunciar o escândalo e abrir a acção judicial, seria, segundo a Prinvest, “danificar a reputação do antecessor através da denúncia do seu projecto de bandeira, como manobra para retirar Guebuza do partido (Frelimo) que

Felipe Nyusi queria controlar”, escreve o The Africa Report. E que acrescenta que o tiro pode sair pela culatra ao presidente moçambicano porque a Prinvest assume pagamentos ao anterior ministro das finanças e a próximos do anterior presidente, mas afirma que, se esses pagamentos forem considerados subornos (para afirmar que Moçambique não é responsável pelas dívidas), então também o próprio presidente Nyusi terá sido subornado porque também ele recebeu valores da parte da Prinvest. A empresa de Safa diz ter depositado um milhão de dólares numa conta de Nyusi, co-financiado a campanha presidencial e oferecido um carro em 2014 quando o actual presidente concorria para a presidência de Moçambique.

Em 2016, o FMI anunciava a suspensão do acordo de financiamento a Moçambique, depois do anúncio do ministro da economia e finanças, Adriano Maleiane, de que o governo de Armando Guebuza, antecessor do actual presidente Felipe Nyusi, não havia informado o parlamento nem incluído no OGE empréstimos no valor de dois mil milhões de dólares.

A disputa judicial que envolve a representação de firmas de advogados britânicos e já se arrasta desde 2019 poderá custar milhões de dólares a Moçambique que já enfrenta uma crise financeira grave e que está também a braços com a insurgência na zona de Cabo Delgado que minou o maior projecto de investimento do continente com a saída da Total da extracção de gás, sem data para retorno.

O Centro de Integridade Pública (CIP) e o CMI publicaram um estudo no final do mês passado que aponta que em juros, multas e prestações Moçambique terá de pagar 4 mil milhões de dólares por causa das ‘dívidas ocultas’. O mesmo estudo diz que os créditos contraídos não beneficiaram Moçambique que ficou apenas com algum equipamento e barcos sobre-facturados e tiveram um impacto negativo de 11 mil milhões de dólares devido ao escândalo que afastou financiadores e investidores. O país entrou em default e em 2018 Moçambique passou a ser declarado “Estado sob regime autoritário” pelo Economist Intelligence Unit.

Todas as segundas-feiras Angola tem mais...



Assinaturas:

assinaturas@gem.co.ao
comercial@gem.co.ao



GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA

Contactos comerciais: 941 784 791 - 941 784 792

Rua Fernão Mendes Pinto, nº 35, Alvalade, Luanda - Angola

(In)formalizando

SEGUNDA TRANCHE NÃO É DISPONIBILIZADA HÁ TRÊS MESES

Sociedades de microcrédito tencionam abandonar ‘linha de alívio económico’



As Sociedades de Microcrédito que integram a ‘linha de alívio económico’ gerido pelo Fundo Activo de Capital de Risco Angolano (Facra) tencionam abandonar o projecto pelo facto de há três meses não receberem a segunda tranche.

Ao VALOR, o director comercial da Cooperativa de Crédito do Faje, Carlos Santiago, avança que a decisão será tomada amanhã, quarta-feira, pelas oito instituições de micro-crédito que estão contempladas na linha.

“Todas as instituições têm vários processos à espera que

este valor entre para continuarmos a apoiar, isso começa a criar-nos risco reputacional, porque as pessoas vêm bater a porta e pensam que por não estarmos a disponibilizar valores, no âmbito do alívio económico, nós é que ‘comemos’ o dinheiro”, afirma.

Os operadores de microcrédito, segundo Carlos Santiago, honraram em Março, como consta no contrato, com o pagamento do crédito recebido ao Facra, todavia o “Governo não cumpre” com a sua parte. Em Maio, escreveram duas vezes ao ministro da Economia e Planeamento, depois de o terem feito em Abril ao Facra, mas não obtiveram qualquer resposta.

“Antes de receber a segunda

tranche, já tivemos de fazer o pagamento do capital mais juros ao Facra do valor que recebemos. Todos nós o fizemos na expectativa de que seria esta uma condição para que a segunda tranche acontecesse, mas a verdade é que não aconteceu”, lamenta Santiago.

Dos 410 milhões de kwanzas alocados à Cooperativa de Crédito do Faje, recebeu até agora 204 milhões, dos quais cerca de 200 milhões foram cedidos aos agentes económicos. E destes já devolveu cerca de 43 milhões, tendo, nesta altura, 40 operações de cedência de microcrédito pendentes.

De acordo com o relatório de Desenvolvimento Semanal do período entre 31 de Maio a 04 de Junho, disponibilizado pelo Ministério da Economia e Planeamento, este ano foram aprovados 747 pedidos de microcrédito, das 1.044 solicitações feitas. Entre os sectores que mais solicitaram destacam-se o de processamento alimentar, logística e distribuição, agronegócio, produção cultural e o de desenvolvimento de software. O programa prevê disponibilizar 4 mil milhões de kwanzas de micro-crédito e, desde o início da operacionalização, foram disponibilizados 1,9 mil milhões.



DISPONIBILIZADOS PELO BAI

4 mil milhões kz para empreendedores

O Banco Angolano de Investimentos (BAI) tem disponíveis pacotes de créditos, num total de 4 mil milhões de kwanzas, para empreendedores que actuam no Uíge. Do valor já foram concedidos quatro créditos avaliados em 650 milhões, de um total de 12 pedidos.

No ano passado, o banco recebeu 39 solicitações de crédito por parte de empreendedores, mas não concedeu qualquer empréstimo. A responsável do banco a nível da província, Maria Bengui, justifica a não cedência com “a falta de título de concessão de terra e contabilidade organizada, por parte das empresas que solicitaram”.

Durante um sessão de esclarecimentos a empreendedores sobre como aceder ao crédito, Maria Bengui deu a conhecer que os agentes económicos sem qualquer garantia podem optar pelo ‘Crédito startup’, enquanto os outros podem aceder ao ‘PAC Express’, cujo valor é de 50 milhões de kwanzas.

Faça negócios à velocidade da luz

O futuro é agora



QUALIDADE

- + Rapidez
- + Fiabilidade
- + Cobertura

Linha de Apoio
a Empresas

19 300

www.unitel.ao

 **UNITEL**
EMPRESAS

Opiniões

Melhorar a Educação em Angola Agarrando o toiro pelos cornos



António Vieira,
ex-director da
Cobalt Angola

Há uns dias, um amigo pediu-me para ajudá-lo a seleccionar alguns candidatos para um empreendimento que se propõe fazer por cá. Como até tinha tempo disponível, aceitei o desafio e passei pelo escritório para o fazer. E aquilo que eu pensava ser uma 'coisita' de duas-três horas tornou-se num pesadelo de três dias que não voltarei a fazer de ânimo leve.

Tinha pela frente cerca de trezentos documentos separados em quatro molhes, uma vez que havia quatro disciplinas a preencher. Comecei por olhar para o primeiro molhe e, sem ler as cartas dos candidatos, pus-me a ver os anexos para associá-los à função. Terminado esse propósito e separados os currículos inadequados, voltei ao princípio a fim de focalizar a minha selecção para definir os candidatos a entrevistar. Passei a segunda disciplina, a terceira e a quarta, tendo finalizado todo o processo com um total de três candidatos para entrevistar.

Como é óbvio, eu fiquei pasmado/abismado/atónito e sei lá que mais com o resultado do meu exercício. Dei comigo a perguntar-me se eu estaria a ser demasiado exigente ou se eu não entendera o que me fora pedido. Voltei ao princípio. E voltei a voltar para finalmente conseguir um total de cinco candidatos para entrevistar.

Afinal de contas, o que é que estava mal? Embora alguns candidatos até pudessem reunir as características documentais para as funções a que se propunham, não conseguiam sequer fazer uma carta com cabeça, tronco e membros. E ainda por cima com erros de morfologia e sintaxe inaceitáveis, na era do corrector 'Word' em tudo quanto

é computador. Dei comigo a pensar em quantas reguadas eu teria levado do velho professor Durval se alguma vez barbarizasse a escrita daquela maneira. E isso a nível de ensino primário enquanto, para duas das funções, eu estava a seleccionar candidatos com formação universitária.

Com formação universitária ou não, os erros são os mesmos. A deficiência é exactamente a mesma. Portanto, o defeito não parece ser da educação universitária, pese o facto de que só um professor com a 'mente corrupta' aprova a graduação dum grau profissional mesmo que este não consiga escrever na sua língua oficial. Um graduado em Angola tem de ser proficiente em português. E para ser eficiente na universidade tem de adquirir a base no ensino primário.

Grande parte de nós passa a vida a criticar o estado em que se encontra o nosso ensino. Mas o que estamos a fazer sobre isso? A engordar alguns professores espertos, satisfazendo os seus apetites gananciosos, pondo os nossos filhos nos seus colégios? Não adianta dizer isto à ministra e aos seus colaboradores, pois são eles próprios a beneficiarem na sua vida privada dessa malandragem. A minha opinião é para o consumo do General João Lourenço.

Caríssimo General, mande suspender as aulas do ensino primário por um ano. Que esta ordem tenha efeito imediato. E vamos organizar o

ensino primário. Vamos fazer o que o ministério e os sindicatos de professores não querem fazer porque não lhes convém, mas que é necessário para o bem do país e das nossas crianças. E para o seu bem, Sr. General. Com sucesso, o Sr. ficará na história como o pai da reforma do ensino primário. Talvez mesmo como o pai do ensino moderno de Angola.

Com as aulas para o ensino primário em suspensão, vamos treinar os professores primários. Todos. Há que ter coragem e seguir avante. Por um período, colocar os professores na posição de alunos.

Há que pegar nos professores com mais de trinta anos de experiência e pô-los a treinar os menos experientes. Se não houver treinadores de professores com a competência e em quantidade suficiente, vamos importá-los de onde eles existam. Sugiro Portugal, Cabo-Verde, Brasil, Cuba e Espanha. Possivelmente muitos de Portugal porque grande parte do treino terá de ser no uso da língua portuguesa. E, para diminuir a distração, os professores de Luanda e arredores serão enviados para o treino no interior do país. Os do interior virão ser treinados em Luanda. Um programa intensivo de 40 semanas com 40 horas de aulas por semana. Destas, 30 horas seriam para língua portuguesa e as restantes para disciplinas de psicologia, comportamento social, metodologia e

técnicas de ensino. E, durante esse percurso, estes treinandos serão testados em cada duas semanas pelos treinadores dos outros grupos para que se evite logo à partida a 'corrupção da simpatia'. E os que tiverem deficiências sérias nesses testes poderão ter de estender treino para além das 40 semanas.

Durante esse período de treino, o salário dos treinandos deverá aumentar todos os meses 10% de tal forma que, no final do curso, estarão a ganhar cerca do dobro do salário inicial. Afinal de contas, tem de valer a pena para eles também. E precisam de ser encorajados onde a falta honestidade se faz sentir. Os professores têm de ver o seu salário ajustado para que se esqueçam de alguns hábitos menos melhores.

Sabemos todos que o problema do ensino primário não é só o factor humano. Existe também o factor infra-estrutura. O número de salas disponíveis é inadequado. Pelo que me dizem, precisamos de mais de 50.000 salas de aulas. Embora isso não seja tarefa fácil, é factível. Que se ponha a construção civil toda a trabalhar para o ensino. Muito provavelmente a indústria de metalomecânica também poderá dar uma ajuda substancial com a construção de salas feitas a partir de contentores modificados. Num esforço de todos, apesar de fora do comum, podemos dar a volta à qualidade do ensino primário. Perderemos um ano

em benefício da qualidade a longo prazo. E, nos primeiros dois anos a seguir à reabertura, num esforço de recuperação memorável, os nossos professores poderão leccionar três anos lectivos para recuperar o ano perdido.

Ainda durante esse ano de treino de professores, dever-se-á treinar equipas de nutrição para que refeições adequadas sejam servidas aos nossos estudantes. E termos em atenção à selecção de gestores escolares. As escolas precisam de gestores profissionais, não professores falhados a fazerem de directores.

Isto será um plano abrangente que beneficiará a educação nacional. Certamente que irá, a longo prazo, melhorar o nível dos nossos cidadãos. Porém, e de importância exclusiva são os benefícios imediatos a nível de consumo da sociedade. Os professores com o salário melhorado irão injectar muito mais dinheiro no mercado através do seu consumo, o que acabará por beneficiar o Estado através da colecta do IVA. A construção acelerada de escolas irá tirar a indústria de construção e da metalomecânica da crise em que se encontram. Essa actividade ajudará a massajar o mercado de emprego no curto prazo. O movimento para treinar os professores fora do seu local de trabalho irá dar vida e melhorar a indústria hoteleira. Só benefícios. Mais recolha de IVA. Benefícios para todas as partes envolvidas.

Sr. General, o país precisa de actos de coragem. E nós até sabemos que o Sr. tem os ditos cujos no sítio. Se possível, são actos que até lhe podem ajudar no futuro imediato. Os filhos do país agradecerão. Os pais também. E nós, que dentro de alguns anos iremos desta para a melhor, iremos em paz por termos deixado um futuro melhorado. Afinal de contas, a melhor maneira de combater a corrupção é darmos aos nossos filhos uma educação digna de respeito. Afinal de contas, só assim iremos corrigir o que está mal e melhorar o que está bem. E quem ganhará é o povo. O futuro promete.



“ A autoridade tributária pode
aumentar as suas capacidades no sentido de escrutinar e
evitar fenómenos de elisão fiscal. ”



As operações financeiras no regime preços de transferência – **uma oportunidade para uma maior transparência e eficiência fiscal**



Eva Piloto,
Senior Manager
EY, Transfer
Pricing

A 27 de Abril de 2021 foi publicada, pelas Nações Unidas, a actualização do manual prático sobre preços de transferência para países em desenvolvimento. O manual tem como objectivo ajudar os governos e as autoridades fiscais dos países em desenvolvimento a resolver temas complexos de preços de transferência, que muitas vezes não se

encontram enquadrados na legislação doméstica.

Na presente versão do manual foram introduzidas alterações referentes a operações financeiras, funções de procurement, temas relacionados com o método de fracionamento do lucro e questões de comparabilidade.

O novo capítulo sobre operações financeiras intra-grupo inclui a descrição de diversos tipos de operações financeiras, tipos de financiamento e como as políticas fiscais do país afectam as decisões de financiamento de empresas multinacionais e a aplicação do princípio de plena concorrência.

As operações financeiras são uma parte relevante das operações dos grupos multinacionais e domésticos, desempenhando um papel crucial no apoio ao processo de criação de valor das empresas.

No caso das instituições financeiras, estas operações são a base da sua actividade. De facto, o manual refere que as directrizes nele expostas não têm como objecto as operações financeiras realizadas por entidades reguladas e supervisionadas, como são os bancos e companhias de seguros. No entanto, todas as entidades poderão beneficiar dos entendimentos preconizados no manual através da adopção de procedimentos de descrição, suporte e análise económica.

De facto, muitos países introduziram medidas fiscais destinadas à redução das vantagens fiscais associadas ao endividamento, nomeadamente por não possuírem meios contra a elisão fiscal por via de falta de ferramentas de análise. Assim, para os países que se apoiam neste manual, como é o caso de Angola, cria-se a uma oportunidade de desen-

volvimento da legislação de preços de transferência, relativamente a estas operações, quando ocorram no seio de um grupo. Por outro lado, os contribuintes poderão tomar decisões informadas acerca das condições contratuais, e como essas condições poderão cumprir com o princípio de plena concorrência. Poderão, igualmente, demonstrar as condições de mercado necessárias a elidir quaisquer dúvidas que possam surgir quanto à paridade dessas operações com as prevaletentes entre entidades não relacionadas.

O sistema fiscal poderá, assim, beneficiar de reformas que levem a que os contribuintes vejam os seus custos legítimos ser aceites na sua totalidade, aumentando a sua confiança económica. A autoridade tributária pode aumentar as suas capacidades no sentido de escrutinar e evitar fenómenos de elisão fiscal.

Opiniões

E agora pergunto eu...



Geralda Embaló
Directora-Geral
Adjunta

Na semana que passou, nossa actualidade foi dominada pelo banquete da TPA, do ponto de vista das audiências provavelmente um sucesso de vendas, mas que, em termos de marketing político (que é sempre o interesse de quem faz o guião destas novelas) e num contexto em que a confiança nas instituições anda tão em baixo, certamente não faltam perguntas que ficam sobre o que, de facto, se quer alimentar à opinião pública. Porque os outros 'banquetes' que atacam os Dos Santos são tão óbvios que se tornam infantis...

As perguntas, sobre o cardápio do 'banquete' prendem-se muito com a falta de confiança generalizada, que me lembrou um professor na Inglaterra e que a certa altura pareceu obcecado com a questão da confiança a um nível filosófico e socioeconómico numa cadeira que era de economia política. Dizia que sem confiança a sociedade não pode funcionar porque no mais elementar temos de ter confiança por exemplo que o condutor que está na estrada ou que leva passageiros sabe o código de estrada, ou que quando vamos ao médico podemos confiar no médico. Falava da teoria de uma senhora que vi mais tarde numa TedTalk, a baronesa e filósofa Onora O'Neill que lembra em 10 minutos que a confiança se conquista com a sistematização de positivos, criando sistemas que funcionem em vez de com a menção de positivos dissonante da realidade. Que é o que mais temos. "O facto de o meu governo local fornecer informação sobre como recolhe o lixo não irá aumentar a confiança nele, mas se aparecerem

todas as semanas para recolher o lixo é uma boa prova de que se pode confiar no funcionamento do sistema de recolha," diz ela. Simples assim.

O que nós temos é o contrário por exemplo quando ouvimos alguém do partido falar em resgate dos valores morais... A questão da confiança nas instituições andar em baixa é absolutamente gritante de forma genérica em Angola. Enquanto por exemplo na Inglaterra se faz um ranking todos os anos em que se mede a confiança nos diferentes sectores que compõem o tecido social; que demonstra que nos quatro primeiros lugares estão as enfermeiras, os médicos, os engenheiros e os professores e nos últimos quatro os jornalistas, os ministros, os políticos e os especialistas em marketing, entre nós a desconfiança é generalizada.

Não confiamos nos bancos - a saga da paragem do BPC é prova de que temos motivos para desconfiar; não confiamos nos hospitais, mesmo os de campanha ficam sem oxigénio vital para salvar vidas, não confiamos na educação, por isso quem pode manda os filhos estudar fora. Não confiamos no Estado, nas suas instituições, na Assembleia porque anda dominada por uma maioria que a manietta, não confiamos no poder judicial porque é subserviente ao poder executivo e não confiamos na comunicação social porque têm o denominador comum de serem todas instituições em que o partidarismo se enraizou de modo a toldar-lhes a sua função social.

A primeira coisa a fazer dizia o meu professor quando se quer saber se devemos confiar ou não numa autoridade é questionar, perguntar porque perguntar não ofende, qual é o histórico desta autoridade, quanto do que promete ou se propôs a fazer cumpriu até agora? E essa resposta explica a falta de confiança que temos nas nossas instituições.

A 'Operação Caranguejo' e o banquete que se seguiu deixaram também mais perguntas



Sistemas de controlo sérios e transparentes, checks and balances, fim dos sacos azuis sem controlo, querido leitor, isso é que era importante nós vermos em horário nobre...

do que respostas que aumentam a desconfiança. Desde logo porque é demasiado questionável a autonomia jornalística dos meios públicos. Mas por que motivo teve a televisão pública acesso a documentos de uma investigação que como as outras

devia estar em segredo de justiça? Porque é que o segredo de justiça é evocado para por exemplo sufocar o assunto dos barcos de luxo e carros de luxo de dois ministros actuais e neste caso o segredo de justiça é escancarado em horário nobre? Como teve acesso a perguntas feitas e filmadas ao acusado, cuja culpa ainda não transitou em julgado? Estava detido? Estava livre? Em que circunstâncias é que disse coisas que o auto-incriminam quando a lei dita que tem direito à reserva? Falou de livre vontade? Senão que impacto aquele teatro terá na verdadeira investigação? Vemos ali uma pessoa a assumir ser o dono daquelas malas em que circunstâncias é que aquela assunção acontece e que validade jurídica pode ter? Com que intenção é que é apresentado naqueles contornos que enojaram o país inteiro que é obrigado a conviver com a falta

de básicos nos hospitais, com a fome de crianças para que rios de dinheiro sejam empacotados em malas, em apartamentos vagos? Tem de haver alguma intenção nessa fogueira, qual é?

Será aumentar a confiança no Estado, no projecto da luta contra a corrupção?

É que essa confiança só pode sair mais minada desse banquete, quanto mais não seja porque se diz que a investigação vem de longe e automaticamente se assume que se deixou que aquelas malas de dinheiro acumulassem daquela forma pornográfica para agora se fazer esta fogueira em praça pública, porquê?

Só que o que aquele espectáculo deixa a nu é que se há forma de desviar do BNA todos os tipos de cunho, seja o nacional ou divisas ainda empacotadas com selos do banco central em quantidades aberrantes, porventura há forma de desviar tudo o resto. Certamente diamantes porque dificilmente se pode dizer que a exploração e a venda de diamantes se tornaram mais transparentes, sector opaco como sempre, mudaram apenas as moscas. Mas se temos major (nem se trata de uma patente mais alta) que desvia pacotes vindos do cofre-forte (ou no nosso caso cofre fraco), temos certamente gente capaz de desviar tuuuudo. Já tínhamos ouvido uma das acusadas favoritas do 'banquete', Isabel dos Santos dizer que na Sonangol tinham desaparecido frotas de aviões pagos pela empresa pública, e não podemos duvidar olhando para aquelas malas e para as somas de que falava o investigador acima de um bilião de dólares, que temos poderosos capazes de desviar até petroleiros inteiros. Da mesma forma que não se confia num cofre fraco, certamente não se confia no controlo que é feito da principal fonte de receita do país.

Temos 'artistas' capazes de desviar tudo e mais alguma coisa porque não temos sistemas de controlo minimamente confiáveis. Esta é a conclusão mais elementar a tirar da novela do caranguejo e das outras. Sistemas de controlo sérios e transparentes, checks and balances, fim dos sacos azuis sem controlo, querido leitor, isso é que era importante nós vermos em horário nobre... Com esperança em que ainda venha a acontecer marcamos aqui encontro e na sua rádio Essencial.

“ Num ambiente cada vez mais orientado para o consumidor, os mercados podem valorizar-se ao promover o processamento, a embalagem, a qualidade e a marca. ”



José Carlos Bettencourt,
Eng.º Agrónomo

Hoje, o termo agro-negócio está em voga. O agro-negócio, a sustentabilidade, e o desenvolvimento rural, constituem os temas principais de debates na actualidade.

Quem olha para a agricultura de hoje nota, a olho nu, o quanto evoluiu, desde meados do século XX. Nessa época, nas propriedades, sejam de subsistência, sejam empresariais, fazia-se quase tudo, desde a agricultura, produção vegetal, à produção animal para consumo e renda ou para tracção. Eram produzidos e adaptados alfaiais agrícolas e ferramentas, meios de transporte, insumos básicos como adubos, sementes e até processamento de alimentos para o auto-consumo e comercialização. Este leque enorme de actividades exigia um grande número de pessoas em volta da propriedade.

O termo agricultura era, assim, demasiado abrangente, todas essas actividades estavam incluídas. No grupo de produtores, o nível de especialização era bastante baixo.

Com o aumento das necessidades em alimentos e bens, o desenvolvimento da pesquisa e da ciência, a modernização dos meios de produção, avanço da tecnologia e da biotecnologia, maior velocidade no fluxo das informações, a agricultura deu um ‘boom’. A produção de máquinas e implementos agrícolas, a produção de fertilizantes, agro-químicos e rações, deixam a propriedade rural e vão para produtores terceiros, mais especializados e familiarizados com a ciência, pesquisa e tecnologias mais evoluídas e mais rentáveis. Do mesmo modo, a transformação, comercialização e distribuição dos produtos agrícolas passaram a ser efectuados, de forma mais eficiente, por empresas especializadas.

Os produtores, ou parte deles, começaram a especializar-se e a orientar a sua produção para o mercado. O conhecimento e a especialização passaram a ser um elemento-chave, procurando, com isso, o aumento da produção, redu-



O fomento do agro-negócio em Angola (Parte I)

ção nos custos, com vantagens competitivas para os produtores rurais.

Hoje, o termo ‘agricultura’ refere-se à actividade estrita de produção vegetal ou animal, remetendo para o conceito de ‘agro-negócio’ ou ‘agribusiness’, o significado mais abrangente, incorporando os agregados a montante e a jusante da propriedade, com uma muito maior amplitude e importância do que o termo agricultura, de há 50 anos.

Como princípio, o termo agro-negócio compreende, para além da agricultura, pecuária, florestas, um conjunto de actividades a montante e a jusante da propriedade como referido acima. O conceito de agro-negócio, formulado desde 1957 por Davis & Goldberg, diz-nos ser a “soma total das operações e distribuição de bens agrícolas, das operações de produção, do armazenamento, transformação e distribuição dos produtos agrícolas e seus derivados”. A partir deste conceito, compreendemos

que o agro-negócio integra diferentes sectores (agregados), para além da produção do sector primário da economia de uma região ou de um país. Um grupo grande de autores define ou aceita que, no agro-negócio, fazem parte quatro componentes: i) os insumos da agro-pecuária, formado pelas actividades a montante e a jusante das actividades da fazenda ou propriedade agrícola ou pecuária; ii) a agro-pecuária propriamente dita, e a floresta na propriedade, sector primário; iii) a indústria com base nos produtos agro-pecuários, os confeccionados depois da produção, produção de sumos ou a produção de tecidos; e iv) a distribuição e os serviços, actividades relacionadas com a agro-pecuária e executadas a jusante da propriedade.

Este tema hoje, reveste-se de uma extrema importância, potenciada ainda mais pelo surgimento da pandemia covid-19, que tem influenciado, de maneira trágica,

muitas economias mundiais. Dados há, segundo vários ‘opinion makers’, que indicam que as medidas tomadas, como o confinamento geral, quarentena obrigatória e outras medidas de isolamento social, têm reduzido, em percentagens significativas, o número de mortes por coronavírus. Contudo, o impacto económico da covid-19 e a necessidade premente de medidas políticas e económicas compensatórias são urgentes. O Banco Mundial projectou quedas no PIB dos países, bastante elevadas (acima de 5%) para 2020. De acordo com a FAO, no mundo, a pandemia está a afectar os sistemas alimentares globais, interrompendo as cadeias regionais de valor agrícola e coloca em risco a segurança alimentar das famílias.

Por estes motivos, torna-se ainda muito mais exigente e urgente o conhecimento do comportamento do PIB do agro-negócio nas economias regionais.

O fomento e investimento no

agro-negócio estimulam o crescimento agrícola através do surgimento de novos mercados e do desenvolvimento de um vibrante sector de suprimento de insumos, tornando-o cada vez mais desafiante ao desenvolver actividades de agro-negócio a jusante (processamento e transformação) e a montante (insumos) e, também, desenvolver a agricultura comercial e apoiar e vincular pequenos agricultores e pequenas empresas as cadeias de valor mais produtivas. No nosso caso em particular, necessitamos, como de pão para a boca, de informações contínuas, dados estatísticos substantivos, análise cuidada e avaliação de tendências, pelo que se considera importante e urgente a constituição de um Observatório Agrícola, integrado nos objectivos dos distintos projectos multilaterais.

O agro-negócio tem uma vertente profundamente virada para o mercado, seja local, regional, nacional ou internacional, pelo que as regras têm de ser claras e bem conhecidas, num ambiente político previsível. Políticas restritivas dificultam o funcionamento e acesso, aumentam os custos de transacção e os riscos para o agro-negócio.

As cadeias de suprimentos para agricultura estão fragmentadas, o que conduz a um aumento considerável dos preços de importação nos principais insumos agrícolas e relevante perda de competitividade. É fundamental, como medidas de apoio à comercialização dos produtos agrícolas, conceber e estimular a implementação de uma rede comercial articulada que tenha em conta os interesses dos produtores e dos comerciantes, reduzindo intermediários, organizando a oferta e procura, promovendo a criação da figura de clientes-âncora e favorecendo a organização de feiras e mercados rurais.

Num ambiente cada vez mais orientado para o consumidor, os mercados podem valorizar-se ao promover o processamento, a embalagem, a qualidade e a marca. A monitorização da evolução dos preços e a constituição de mecanismos próprios de estabilização, de modo a evitar perdas de rendimentos dos agricultores e apoiar a divulgação de informação sobre mercados e preços, devem ser enquadradas numa estrutura organizada de observação das cadeias de valor, determinante para a construção de dados estatísticos fiáveis para todos os intervenientes.



Jornal Valor Económico

Visite o site www.valoreconomico.co.ao

Regista-te

Sobre [Ver tudo](#)

11 343 pessoas gostam disto, incluindo 71 dos seus amigos

11 800 pessoas seguem isto

<http://www.valoreconomico.co.ao/>

936272323

[Enviar mensagem](#)

Empresa de comunicação e notícias

Fotos [Ver tudo](#)

Para receber o VALOR todas as semanas, basta enviar o seu e-mail para 941784791 / 2

Contribua para manter o jornalismo de qualidade.

GEM Angola Global Media, Lda

**Iban:
0051 0000 7172
9933 1512 7**



Edição 261 Likes 479 Partilhas 37

Esta semana para além dos comentários à capa do Valor Económico que alcançou mais de 22 mil pessoas, e que incluem dois sobre o recuo dos lucros da KFC para 60%, o editorial que lembrava que “quando um major se serve dos meios que se serviu para enriquecer o problema não está nele mas no sistema” mereceu os comentários de dois internautas que animaram a discussão aqui reproduzida.

Os comentários são selecionados segundo critérios que visam reflectir a diversidade e qualidade de opiniões sobre os temas do Valor Económico.

Gralhas e discussões personalizadas são editadas para publicação.

Leia na íntegra em www.valoreconomico.co.ao

Facebook/Comentários



Michel Alfonso

A Dona do KFC em Angola já foi lá comer alguma coisa? Um balde de 9 pedaços já está no valor numa caixa de frango. Assim não tem como.



Horacio Junior

Só recuaram 60%? Estão com muita sorte.



Dilson Major

Aqui está...

O problema é o sistema, não caia na lãbia de culpar JES, quem deve julgá-lo é a justiça pelos erros e crimes cometidos, ele cometeu porque o sistema permitiu, assim está viciado e a saga continua, se ele era o problema porque a corrupção continua?

Porque o sistema já anda viciado e é o mesmo sistema com as mesmas pessoas que ainda governa.

Temos que identificar as causas (o sistema) e encontrar a solução (mudança de sistema que atribui o poder as instituições públicas). Maximiano Muende



Maximiano Muende

Dilson Major é claro que o problema está no sistema, criado e permitido por JES e companhia.

Os sistemas são criados por pessoas.

Se não existir coragem para derrubar o sistema então, ainda que vier Jesus para governar, será igual.

É preciso derrubar o sistema.

E só as pessoas têm poder para isso.

O problema são as pessoas.

Falta coragem, seriedade, rigor, responsabilização e penalização.

O problema, está mesmo com quem lidera ou com o seu colégio.



Dilson Major

Maximiano Muende plenamente de acordo, mas façamos o reparo: JES não criou sistema, o sistema cria-se com um conjunto de pessoas, neste contexto "o partido"...

As desavenças internas foram devido os privilégios de uns, em detrimento de outros, e a nomeação e atribuição de poderes aos filhos, nada contrário.

O sistema é partido-estado, como o partido no poder tornou-se tão rico?

O dinheiro saiu a onde?

Porquê que não dizem que também é JES?

Porque estariam a minar o partido.

JES cometeu erros na sua liderança, mas o sistema é "colegial" é o partido, não existe sistema particular, apenas colectivo (Estado-Partido), onde as lideranças a partir destas facilidades, pode cometer erros.

Se o sistema era JES, porque mantém a mesma CRA atípica e protectora do sistema?

Porque que o atual PR que tem outro sistema, não abdica dos seus superpoderes?

Mudou-se a estratégia para a manutenção do poder, porque com os erros de JES como cabeça da corrupção, o MPLA perdeu simpatia, amizade e militância.

Até o nosso herói cometeu erros, mas por ter governado pouco tempo, virou mártir, o maior erro de JES é ter ficado muito tempo no poder, acumulou erros, que o próprio sistema criou e não ele.



Maximiano Muende

Dilson Major Enquanto líder, ele e o sistema eram 1



Dilson Major

Maximiano Muende se o sistema permite o roubo, qualquer líder vai promover a corrupção!!

Dinheiro alicia qualquer um, até nós que criticamos, pois, a ocasião faz o ladrão.

Se o sistema fosse duro, com leis duras e aplicada na íntegra, como acontece na China, JES não teria poder para promover a corrupção, porque o sistema se fosse de o Estado com poderes institucional sobre supervisão e controlo do partido-estado como na China, as coisas seriam diferente.

É preciso entender os factos por trás dos erros, se não vais continuar só a olhar pelos erros de JES, e quando na verdade é o sistema que deve mudar. Se o sistema mudar, nunca haverá mais nenhum outro JES.

Taça Cheia



96.1 fm

Rádio Essencial

Todos
os sábados,
às 19:00,
com
**Sebastião
Vemba**

Covid-19

EM MENORES DE 3 AOS 17 ANOS

China autoriza uso de emergência da vacina Sinovac

China autoriza o uso de emergência da CoronaVac, a vacina contra a covid-19 da farmacêutica Sinovac, em pessoas com idades entre 3 e 17 anos, anunciou o presidente da empresa, de acordo com a imprensa local.

Yin Weidong revelou aos meios de comunicação locais que as autoridades competentes aprovaram a utilização de emergência da vacina na China em crianças, mas disse que “ainda não tinham decidido quando e a partir de que idade será utilizada”.

A Sinovac terminou as fases I e II dos ensaios clínicos, com centenas de voluntários daquele

grupo etário, que revelaram que “a vacina é tão segura e eficiente como para os adultos”, disse Yin à cadeia estatal CCTV.

A 1 de Junho, a Organização Mundial de Saúde (OMS) aprovou a utilização de emergência da vacina Sinovac, a segunda vacina de fabrico chinês a obter luz verde após a desenvolvida pela Sinopharm ter sido autorizada no início de Maio.

A vacina Sinovac-CoronaVac “cumprir as normas internacionais de segurança, eficácia e fabrico”, indicou a OMS num comunicado, observando que os seus conselheiros técnicos visita-

ram as instalações do laboratório de Pequim antes de emitirem a sua decisão. Sinopharm e Sinovac são as primeiras vacinas contra a covid-19 a receberem autorização da OMS sem uma decisão semelhante da Agência Europeia de Medicamentos (EMA) ou da autoridade norte-americana do medicamento, FDA (Food and Drug Administration).

Estudos indicam que a vacina Sinovac é apenas 51% eficaz na redução de casos sintomáticos de covid-19, embora a percentagem aumente para 100% para os casos graves e os que requeiram hospitalização.

PARA VENCER A DOENÇA

PR apela a “acção colectiva e solidária”

O Presidente da República disse que Angola diversificou a oferta de vacinas para proteger a população e apelou ao reforço da “acção colectiva e solidária” dos países e doadores privados participantes na aliança Global das Vacinas (GAVI).

“Gostaria de apelar aos países e doadores privados participantes do “One World Protected Summit” no sentido de oferecerem todo o apoio possível a esta iniciativa, porquanto estamos cientes que a vossa acção colectiva e solidária vai contribuir para superar este enorme desafio com o qual as nossas populações e Estados se encontram confrontados”, disse João Lourenço, que participou, por videoconferência, numa cimeira sobre a protecção da população mundial contra o perigo da pan-

demia da Covid-19. O evento foi uma iniciativa da Aliança Global das Vacinas (GAVI, o acrónimo em inglês) entidade dirigida pelo antigo primeiro-ministro português, José Manuel Durão Barroso, e contou com a participação de líderes mundiais como o secretário-geral da ONU, António Guterres, a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, a vice-presidente dos Estados Unidos, Kamala Harris, e o primeiro-ministro de Itália, Mario Draghi.

João Lourenço sublinhou que Angola está a responder à pandemia da covid-19 através da vacinação, num contexto de dificuldades económicas, “mas com muito empenho e dedicação do pessoal da saúde, da educação e das forças de defesa e segurança”

e elogiou a adesão população “que tem vindo a acorrer aos postos de vacinação”.

Angola construiu um novo armazém central de vacinas e implementou uma plataforma digital de gestão em tempo real de vacinas e material de vacinação que já está a funcionar em seis províncias e em processo de expansão para as demais, adiantou o chefe de Estado, salientando que o país lançou também um registo electrónico individual de imunização.

João Lourenço agradeceu à COVAX (mecanismo que visa uma distribuição mais igualitária das vacinas) pelos 1,1 milhões de doses de vacina contra a covid-19 já recebidos e realçou que Angola tem diversificado a oferta de vacinas para ampliar a protecção da sua população.



SEM APOIAR SUSPENSÃO DAS PATENTES DE VACINAS

UE propõe licenças obrigatórias

A União Europeia (UE) apresentou propostas para um acordo multilateral na Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre maior oferta de vacinas anticovid-19, propondo “licenças obrigatórias” nacionais, mas sem apoiar o levantamento das patentes sugerido pelos Estados Unidos.

“A UE apresentou a sua proposta com vista a obter o compromisso dos membros da OMC relativamente a um plano de acção comercial multilateral para expandir a produção de vacinas e tratamentos contra a covid-19 e assegurar um acesso universal e equitativo”, anuncia a Comissão Europeia em comunicado de imprensa.

Apesar de vincar que esta proposta abrange “um conjunto de compromissos, incluindo em matéria de direitos de propriedade intelectual”, o executivo comunitário assinala que, “no que diz res-

peito à ampla isenção [suspensão dos direitos das patentes] proposta por vários membros da OMC, a Comissão Europeia não está convencida de que esta constitua a melhor resposta imediata para alcançar o objectivo de uma distribuição mais ampla e atempada das vacinas contra a covid-19 de que o mundo necessita urgentemente”.

Ao invés, “as propostas apresentadas visam alcançar esse objectivo de forma rápida e eficaz”, defende a instituição, instando então os governos a “assegurar que as vacinas e os tratamentos contra a covid-19 e os seus componentes possam atravessar livremente as fronteiras”, nomeadamente para países de baixo rendimento, e a “incentivarem os fabricantes a expandir a sua produção, garantindo simultaneamente que os países que mais precisam de vacinas as recebam a um preço comportável”.

ANGOLA RECEBEU 100.620 doses da vacina da Pfizer, no âmbito da iniciativa COVAX, tornando-se o terceiro país africano a receber as vacinas do fabricante norte-americano, segundo uma nota do ministério da Saúde.

APÓS DESISTÊNCIA DA ARGENTINA

Epidemiologista critica Copa América no Brasil

O epidemiologista José Cássio de Moraes considera que a decisão do governo brasileiro de acolher a Copa América de futebol equivale a uma “tentativa de contratar um conjunto musical para tocar num velório para distrair as pessoas”.

Médico e professor da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo (FCMSCSP), Moraes salientou que o facto de o Brasil aceitar substituir a Argentina como sede do torneio revela uma tentativa governamental de fazer com que as pessoas esqueçam a situação da pandemia de covid-19 no país, que classificou como “bastante dramática”. “É uma conduta estritamente política, podemos chamar de ‘politiqueira’ e que mostra uma capacidade de decisão do Governo Federal no sentido errado. Demorou meses para pensar em vaci-

nas e em 10 minutos eles decidem trazer a Copa América porque a Argentina desistiu e outros países da América do Sul não têm desejo de sediar”, disparou.

Na última terça-feira, o Brasil confirmou a realização do torneio em quatro cidades do país, Brasília, Cuiabá, Goiânia e Rio de Janeiro.

A decisão, anunciada na véspera, gerou inúmeras críticas de especialistas, políticos de oposição e parte da população que apelidou o torneio de “Cepa América” referindo-se à competição como uma nova estirpe do vírus SARS-CoV-2, que causa a covid-19.

Para Moraes, trazer jogadores, adeptos e pessoas que acompanham as equipas de futebol sul-americanas que disputarão o torneio pode contribuir para espalhar estirpes novas da covid-19 no país, assim como poderá, em sentido contrário, levar mutações brasileiras do vírus para os vizinhos da América do Sul.



COM QUASE 115 MILHÕES USD

BM apoia vacinação em Moçambique

O Banco Mundial (BM) anunciou que aprovou uma doação de 115 milhões de dólares para apoio à vacinação contra a covid-19 em Moçambique.

Os fundos serão utilizados para adquirir, administrar e distribuir vacinas contra a covid-19, mas também para fortalecer a preparação e a capacidade do Sistema Nacional de Saúde, bem como para garantir a continuidade dos serviços essenciais de saúde, “especialmente para mulheres, crianças e adolescentes”, explica o Banco Mundial.

“Esta operação vai permitir a compra de, aproximadamente, sete milhões de doses de vacinas covid-19, a maior contribuição individual até agora para os esforços de vacinação em Moçambique. Isto irá assegurar a cobertura de aproximadamente 20% da população elegível”, afirma na nota Miguel Angel San Joaquin Polo, economista sénior da área da saúde e líder da equipe de trabalho da operação.

“Outras áreas de apoio sob esta operação incluem campanhas de comunicação para gerar confiança, reduzir a hesitação às vacinas e melhorar o acesso às informações confiáveis”, diz, por seu lado, Courtney Price Ivins, especialista em saúde, e co-Líder da equipe no projecto, que acrescenta: “Também apoiaremos mecanismos de responsabilização e sistemas de vigilância para rastrear vacinas até aos seus pontos de distribuição.”

Citada na nota do banco, Idah Z. Pswarayi-Riddihough, directora do Banco Mundial para Moçambique, Madagáscar, Comores, Maurícias e Seychelles, afirma que “as dificuldades sociais e económicas enfrentadas por milhões de moçambicanos devido à pandemia são simplesmente demasiado grandes”.

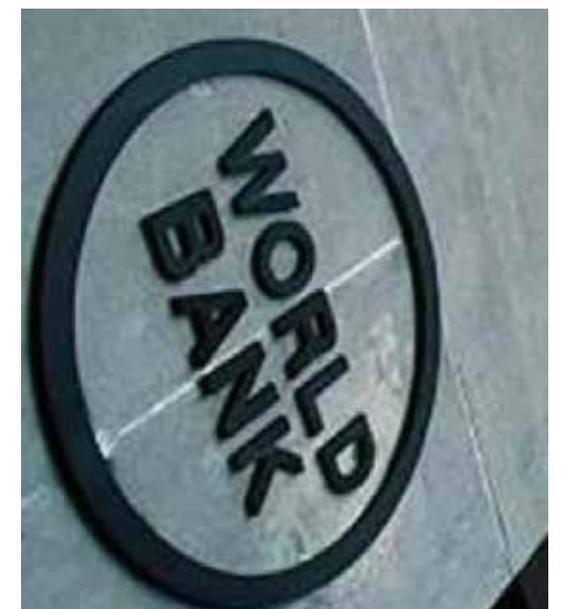
PESSOAS 100% VACINADAS

Espanha ultrapassa os 10 milhões

Espanha alcançou os 10 milhões de pessoas com a vacinação completa contra a covid-19, o que corresponde a mais de um em cada cinco habitantes, segundo as autoridades.

Os serviços do Ministério da Saúde do país anunciaram que 10,2 milhões de pessoas já estão completamente vacinadas contra a covid-19 (21,6% da população total), e 19 milhões têm pelo menos uma das doses (40,1%), em cerca de 47,3 milhões de habitantes.

Estes números asseguram que a Espanha está no bom caminho para conseguir o objectivo estabelecido pelo governo de ter 70% da população vacinada (33 milhões de cidadãos) até ao final de Agosto.



Marcas & Estilos



Primavera fora de época

De cerejeiras e magnólias com tons pastéis para avenidas arborizadas a glicínias que escalam casas de época. Com agendas repletas de reuniões, festas adiadas e casamentos muito esperados, se o seu guarda-roupa precisar de algumas actualizações botânicas, a Harvey Nichols tem o que precisa. A oferta de primavera está repleta de flores lindas e ousadas.



A antítese do brilho

Como modelo de design, a linha superfina Octo Finissimo da Bulgari entrou no genuíno território do 'clássico moderno', com ângulos nítidos e tons de cinza fosco. É também uma plataforma para uma profunda inovação técnica, e o novo calendário perpétuo junta-se a criações recentes como o cronógrafo GMT.



AUTOMÓVEL

Sonhar não é pecado

Um misterioso multimilionário encomendou um Rolls-Royce personalizado de quase 25 milhões USD com guarda-sol telescópico e geladeira de caviar. O descapotável exclusivo foi inspirado por um design único. Inaugurado em 2017 na glamorosa Villa d'Este Concorso d'Eleganza na Itália, o Sweptail foi construído para um conhecedor de Rolls-Royce e apresentava um tecto de vidro e uma extremidade traseira afilada, um design semelhante ao clássico Gurney Nutting Phantom II dos anos 1930.

O Sweptail custou ao seu proprietário cerca de 12 milhões USD, tornando-o o carro novo mais caro já construído - até agora. É movido por um motor V12 de 6,75 litros. O capô azul pintado à mão, que se gradua para um azul mais suave e claro, é uma característica mais atraente. A icónica grade do panteão tradicional de aço inoxidável também foi pintada pela primeira vez na história moderna.

AGENDA

LUANDA

ATÉ 11 DE JULHO

O pintor Hildebrando de Melo expõe "Mantrax". A mostra, composta por nove obras de desenho e duas em dimensão plus, está aberta desde 8 de Maio no Centro Cultural Brasil Angola entre as 08h00 e as 20h00.

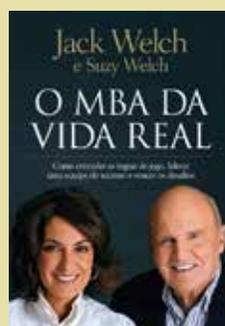
15 DE JUNHO

Luanda acolhe a 2.ª edição do 'Angola Oil and Gas', organizado pela Africa Oil & Power em parceria com a Câmara Africana de Energia, com o aval do Ministério dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás.

26 E 30 DE JULHO

Decorre a conferencia online Angola innovation Summit 2021 com o tema "Pensar o Futuro", com contribuições sobre Inovação Tecnológica, no presente e no futuro e o seu impacto.

LIVROS



NESTE LIVRO, JACK E SUZY

WELCH abordam a importância de transmitir a missão e os valores da empresa aos funcionários e incentivar as boas ideias entre os colaboradores. Também analisam formas inovadoras de pensar sobre marketing e finanças.



TRABALHE 4 HORAS POR SEMANA

ensine passo a passo como construir esse estilo de vida que valoriza o tempo livre desde agora, ou seja, antes mesmo da reforma. Seguindo as sugestões do autor, conseguirá viver onde quiser.



TURISMO

Um retiro mais que exclusivo

O Carnegie Club no Skibo Castle é um dos clubes privados na Escócia para membros mais exclusivos do mundo, com um campo de golfe de campeonato, folia nocturna e champanhe na torneira.

Vinte por cento dos visitantes chegam em jacto particular, enquanto outros fazem o caminho de helicóptero ou Land Rover com motorista do aeroporto de Inverness. Entrar no Salão Principal do castelo é como passar no tempo. O drama e a grandeza foram preservados, com muitas características originais ainda intactas.

Uma escadaria extensa leva a 21 quartos, cada um dos quais decorado de forma exclusiva com cómodas ornamentadas originais, camas de dossel, banheiras vitorianas e azulejos de banheiro originais do século XIX. Há também 12 chalés que aceitam cães na propriedade, com móveis mais modernos.

Para associar-se deve pagar quase 12 mil USD por ano, além de uma taxa de adesão de quase 40 mil dólares.

CUSTOS GLOBAIS ESTIMADOS EM 200 MIL MILHÕES USD POR ANO

ONU quer recuperação de mil milhões de hectares de terra

SUSTENTABILIDADE. Medida consiste em travar e inverter a degradação, o que resulta em ar e água mais limpos, mitigação de condições meteorológicas extremas, melhor saúde humana, e recuperação da biodiversidade, incluindo uma melhor polinização das plantas.

As Nações Unidas apelam aos países para que cumpram os compromissos de recuperar mil milhões de hectares de terra, para enfrentar as crises climáticas e de biodiversidade.

A recuperação de pelo menos mil milhões de hectares degradados na próxima década é uma forma de enfrentar as ameaças das alterações climáticas, perda de natureza e poluição, indica a ONU, num relatório recentemente divulgado no âmbito da Década das Nações Unidas para a Restauração dos Ecossistemas 2021-2030.

Os países, acrescenta a ONU, também precisam de acrescentar compromissos idênticos em relação aos oceanos, segundo o relatório do Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA) e da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO).

O relatório salienta que a humanidade está a utilizar cerca de 1,6 vezes a quantidade de serviços que a natureza pode fornecer de forma sustentável.

Tal significa, segundo o documento, que os esforços de conservação por si só são insuficientes para prevenir um colapso em larga escala dos ecossistemas e perda de biodiversidade. Os custos globais da recuperação terrestre, não incluindo a parte marinha, estão estimados em pelo menos 200 mil milhões de dólares por ano até 2030, sendo que, estima a ONU, cada dólar investido no restauro cria até 30 dólares de benefícios económicos.

Os ecossistemas que requerem uma recuperação urgente incluem terras agrícolas, florestas, prados e savanas, montanhas, turfeiras, áreas urbanas, zonas de água doce e oceanos.

Diz também o relatório que as comunidades que vivem em quase dois mil milhões de hectares degradados de terra incluem algumas

das mais pobres e marginalizadas do mundo inteiro.

“Este relatório apresenta os motivos pelos quais todos nós temos de nos empenhar no esforço global de recuperação. Baseando-se nas mais recentes provas científicas, expõe o papel crucial desempenhado pelos ecossistemas, desde florestas e terras agrícolas a rios e oceanos, e traça as perdas que resultam de uma má gestão do planeta”, escreveram no prefácio do documento o diretor executivo do PNUA, Inger Andersen, e o diretor-geral da FAO, QU Dongyu.

Os responsáveis acrescentam que a “degradação já está a afectar o bem-estar de cerca de 3,2 mil milhões de pessoas – ou seja, 40% da população mundial”, e que em cada ano se perdem serviços ecossistémicos que valem mais de 10% da produção económica global.

A recuperação dos ecossistemas consiste em travar e inverter a degradação, o que resulta em ar e água mais limpos, mitiga-

ção de condições meteorológicas extremas, melhor saúde humana, e recuperação da biodiversidade, incluindo uma melhor polinização das plantas.

E contribui ainda, salientam as Nações Unidas, para a realização de vários Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), incluindo a saúde, água limpa, e paz e segurança, e para os objetivos das três

“convenções do Rio” sobre Clima, Biodiversidade e Desertificação.

A recuperação, se combinada com a redução da conversão dos ecossistemas naturais, pode ajudar a evitar 60% das extinções de biodiversidade esperadas. Além de que, diz o relatório, pode ser altamente eficiente na produção de benefícios económicos, sociais e ecológicos. A agroflorestação, por exemplo, tem o potencial de aumentar a segurança alimentar para 1,3 mil milhões de pessoas.

As duas agências da ONU responsáveis pelo relatório lançam também uma ferramenta para monitorizar os esforços de restauração, que permite aos países medir o progresso dos projetos de restauração em ecossistemas chave.

A Assembleia-Geral da ONU declarou 2021-2030 como a década para a recuperação dos ecossistemas, que é liderada pelo PNUA e pela FAO. A iniciativa visa acelerar a promoção global da recuperação de ecossistemas degradados.

MEMORIZE

● **A Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) declarou 2021-2030 como a década para a recuperação dos ecossistemas, com a liderança do PNUA e da FAO. A iniciativa visa acelerar a promoção global da recuperação de ecossistemas degradados.**



Educação & Tecnologia

TRANSCOOP
Transportes Rodoviários

AGILIDADE, CONFORTO, SEGURANÇA E EXCLUSIVIDADE



**SERVIÇO
PERSONALIZADO COM
CONFORTO E
SEGURANÇA**

O TAXÍMETRO SÓ SERÁ LIGADO
NO LOCAL DA CHAMADA



Rua 21 de Janeiro,
Bairro Rocha Pinto, Luanda
Call center

(+244) 947 992 829, (+244) 993 091 599



Trabalhamos com multicaixa



MAIS DE 6 MIL PARTICIPARÃO NO 'SPEED E RACING'

Angola recebe maior campeonato de Jogos Electrónicos

A bebida energética da Refriango Speed, e em parceria com AOX GAMES e a TDA, promove o primeiro grande campeonato de jogos electrónicos 'Speed eRACING'.

Com duração de dois meses (entre Junho e Agosto), o campeonato vai contar com a participação de mais de seis mil competidores angolanos, com idades acima dos 12 anos. A bebida energética tem trabalhado, nos últimos anos, na activação dos desportos radicais, como a patinagem (inline), skate, surf, wakeboard, motocross, e, desde 2019, passou a trabalhar na activação do 'gaming' para ir ao encontro da comunidade de gamers angolanos.

De acordo com um relatório, o consumo de videojogos subiu cerca

45

Por cento, aumento estimado do consumo de videojogos na pandemia.

de 45%, desde o início da pandemia, e a marca Speed manteve com a comunidade gamers uma relação "muito próxima, com a realização de vários torneios, como de FIFA E FORTNITE, sendo que alguns reuniam online mais de 15 províncias e mais de 800 jogadores em simultâneo.

A organização assegura que, com o campeonato Speed eRacing, os participantes vão experienciar as várias etapas dos jogos

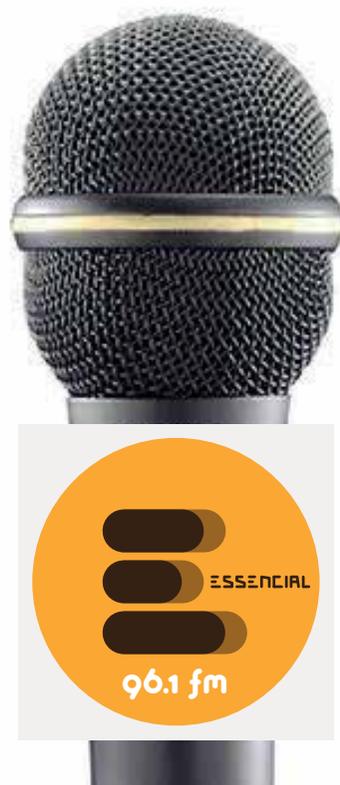
na Arena AOX GAMES no Belas Shopping, um espaço dedicado aos amantes do gaming. O espaço terá uma infra-estrutura preparada para competições e eventos nacionais e internacionais, o que, segundo a organização, "vai proporcionar uma jogabilidade com mais vantagens aos players nacionais".

O vencedor do Speed eRacing vai receber um milhão de kwanzas e o segundo 500 mil. Já o terceiro classificado receberá 250 mil kwanzas.

A administradora de Marketing da Refriango, Tânia Jardim, avançou que o projecto tem como ambição captar o melhor talento do gaming nacional e começar a criar a primeira equipa profissional de gamers angolanos. Os participantes devem ter no mínimo 12 anos e devem pagar 5 mil kwanzas pela inscrição.

O QUE É
ESSENCIAL
NOS DIAS
DE HOJE?

96.1 fm



NÚMEROS DA SEMANA

6

Milhões de dólares, despesa aprovada pelo Presidente para aquisição de serviços de suporte e manutenção de licenças Microsoft Azure para a Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis.

500

Mil redução de passageiros registada nos primeiros três meses do ano nos aeroportos do país, correspondendo a uma quebra de 76%, face ao mesmo período do ano.

400

Motorizadas que serão disponibilizadas pelo Governo de Luanda aos municípios para a limpeza pública.

47,3

Milhões kz receitas arrecadadas pela repartição fiscal de Ondjiva, no Cunene, através do pagamento do Imposto Predial Urbano, nos primeiros três meses do ano.

UM TOTAL DE 787

Prodesi com projectos de 649,7 mil milhões

O secretário de Estado para o Planeamento Milton Reis revelou, nesta terça-feira, em Luanda, que o PRODESI aprovou quatro novos projectos, elevando para 787 os validados, desde o início deste programa, em 2019.

No global, os projectos estão avaliados em 649,7 mil milhões de kwanzas e com isso se pensa criar 50 mil empregos.

O governante revelou também que na banca estão em negociação, 95 projectos, sendo 69 relativos ao Aviso 10/20 do BNA, um relativo à linha de crédito do alemão Deutsche Bank, outro do DP 98/20, sobre 'Bens de origem nacional', e 24 são do Programa de apoio ao crédito (PAC).

Do pacote, constam igualmente as 'Medidas de alívio económico' com 41,4 mil milhões de kwanzas, com um total de 523 projectos aprovados, sendo 92 no ano passado (implicando 2,8 mil milhões de kwanzas), o PAC com 34,3 mil milhões de kwanzas, com 19 projectos aprovados em 2020 e nenhum em 2021 e os Instrumentos e Produtos Financeiros da Banca Comercial (574 milhões de kwanzas, contemplando apenas três projectos aprovados, em 2020).

Os projectos aprovados são 'abocanhados' por Luanda com 170, Benguela (61), Huambo (58), Huíla (52), Cuanza Sul (43), Cuando Cubango (40), Bengo (41), Bié (38), Uíge (36), Lunda Sul (32), Malanje (32), Cunene (30), Namibe (30), Cabinda (28), Lunda Norte (25), Zaire (24), Cuanza Norte (24) e Moxico com 23.



MINISTRA DAS FINANÇAS OPTIMISTA

FMI anuncia resultados do programa de assistência a Angola

O Fundo Monetário Internacional (FMI) deve anunciar, nesta quarta-feira, os resultados da sua última revisão ao programa em curso no país. Em declarações à Bloomberg, a ministra das Finanças, Vera Daves, garantiu que se está a "trabalhar arduamente" para se atingir as metas e as medidas definidas para o país.

Reconhecendo o apoio técnico e financeiro do FMI, Vera Daves reforçou que o Governo continua "comprometido com o programa" e que está "muito optimista" em relação ao resultado da próxima avaliação.

Quanto à necessidade de um segundo programa de reforço tão logo termine o actual, a ministra observou que, de momento, estão a ser avaliadas as opções disponíveis. "Estamos, internamente e com a equipa do Fundo, a considerar os prós e contras de cada opção. Antes da última avaliação, tomaremos a decisão final",

já que "Angola é o segundo maior produtor de petróleo de África".

Sobre a incidência directa ou indirecta da pandemia na economia, Vera Daves não tem dúvidas. "Teve impacto directo e indirecto. Directamente, no aumento da despesa com a saúde e indirectamente pelos preços do petróleo e a queda do nosso crescimento. E todas estas reformas necessárias nos abalaram muito porque ainda importamos muito daquilo que consumimos. E tudo isto teve grande influência/impacto na inflação", afirmou a governante, reforçando que "o Banco Central está a tomar medidas relativamente à política monetária, mas o mais importante é pôr em prática as medidas necessárias para crescer, gerar receita e tornar a nossa moeda mais forte para melhorar as nossas reservas internacionais, a nossa taxa de câmbio e a inflação".

Vera Daves referiu que a diversificação económica é um tema muito recorrente no discurso do Executivo, apontando o facto de Angola "continuar

ainda muito dependente" do petróleo. "Temos trabalhado muito com esta indústria para motivá-los a investir e estabilizar a nossa produção. Parando de cair, para que comece a crescer. Mas estamos, também, a criar condições para alavancar outros sectores, como a agricultura, pequenas indústrias, pesca e serviços financeiros para o mercado de capitais. Estamos a criar as infra-estruturas e um ambiente propício a atrair este tipo de investimento", declarou.

EUROBONDS SÓ EM 2022

A ministra das Finanças descartou a hipótese de emissão de Eurobonds este ano. Segundo Vera Daves, no início de cada exercício, o pelouro publica, através do website da Unidade de Gestão da Dívida, o plano anual da dívida pública e o plano de 2021 já está publicado. "E não, não temos intenção de emitir Eurobonds este ano. Vamos ver se temos condições financeiras para o próximo ano", aclarou.